

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A importância do vestuário na preservação da identidade da pessoa idosa em ambiente institucional

Joana Filipa Peres Gomes

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria Júlia Faria Cardoso, Investigadora Associada,

CIES_Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento Ciência Política e Políticas Públicas

A importância do vestuário na preservação da identidade da pessoa idosa em ambiente institucional

Joana Filipa Peres Gomes

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Maria Júlia Faria Cardoso, Investigadora Associada,

CIES_Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Dedico a dissertação ao professor Doutor Eduardo Marques que sempre foi uma fonte de inspiração no serviço social e sempre me motivou a ser melhor enquanto pessoa, e enquanto assistente social

Agradecimentos

A dissertação de mestrado foi um sonho alcançado, mas que só foi possível com o apoio e colaboração de diversas pessoas.

À minha orientadora Professora Doutora Júlia Cardoso, agradeço toda a partilha de conhecimentos e ensinamentos que me permitiram crescer enquanto assistente social especificamente no âmbito de investigação. Do mesmo modo, agradeço pela disponibilidade, incentivo, conversas reflexivas e confiança que depositou em mim pois em certos momentos estes elementos motivaram-me a continuar esta jornada.

À Professora Doutora Lyn Slater e à Professora Doutora Julia Twigg por toda orientação e disponibilização de conceitos e referências bibliográficas que me permitiram construir cientificamente o tema.

Ao meu namorado por todo o orgulho que deposita no meu percurso profissional e por estar sempre presente quando eu mais precisava.

À minha família, em especial aos meus tios que desde o início estiveram ao meu lado acreditando em mim e nas minhas capacidades lembrando-me constantemente de quem eu sou, e incentivando-me a lutar pelos meus sonhos.

Aos meus amigos em especial às Joanas, Patrícia, Helena, Xana, Catarina, Mariana e Bruna, por toda a amizade, empatia e confiança que depositaram em mim e no meu percurso profissional seja nos momentos de celebração ou de desmotivação.

Agradeço aos profissionais que se disponibilizaram a participar neste estudo, permitindo com os seus conhecimentos construir conhecimento sobre o serviço social.

Por fim e impedida de enumerar agradeço a todos os que me ajudaram neste caminho, seja os meus senhorios, colegas de mestrado, professores entre outros, o meu sincero obrigada.

Resumo

A presente dissertação designada de “*A importância do vestuário na preservação da identidade da pessoa idosa em ambiente institucional*” pretende analisar a importância atribuída à dimensão vestuário no conjunto de elementos relacionados com o direito à autonomia, autodeterminação e individualidade na Estrutura Residencial para Idosos. A investigação abrange a compreensão da integração do vestuário em ambiente de cuidados institucionais, e examina de que modo o/a assistente social, na sua prática profissional, tem em consideração o vestuário e o valoriza na gestão dos cuidados à pessoa idosa.

A presente investigação é de tipo indutivo, exploratório, e sustenta-se numa abordagem qualitativa, utilizando como técnica a entrevista semidiretiva. Na fase de análise e interpretação dos dados, aplicou-se a análise de conteúdo, com suporte ao programa *maxqda*.

Os resultados permitiram identificar a perceção dos profissionais face à importância do vestuário para o bem-estar da pessoa idosa, os procedimentos das Estruturas Residenciais para Idosos que incorporam o vestuário e de que forma a base ética do serviço social relaciona a consideração do vestuário nesses procedimentos institucionais. Consta-se que, apesar da tentativa de se incorporar o vestuário como uma dimensão que respeita o direito de autonomia e autodeterminação e a identidade da pessoa idosa, esta dimensão, não se encontra devidamente incorporada, condicionada especialmente pelo estado de saúde da pessoa idosa.

Palavras chave: Pessoas idosas; Estruturas Residenciais para Idosos; Vestuário; Serviço Social;

Abstract

This dissertation entitled "The importance of clothing in the preservation of the elderly person's identity in an institutional environment" aims to analyze the importance assigned to the clothing dimension in the set of elements related to the right to autonomy, self-determination and individuality in the Residential Care Facilities for the Elderly. The research covers the understanding of the integration of clothing in institutional care settings, and examines how social workers, in their professional practice, take clothing into consideration and value it in the management of care for the elderly.

This research is inductive, exploratory, and based on a qualitative approach, using the semi-directive interview as a technique. In the data analysis and interpretation phase, content analysis was applied, supported by the *maxqda* program.

The results allowed identifying the professionals' perception of the importance of clothing for the elderly's well-being, the procedures of the Residential Structures for the Elderly that incorporate clothing, and how the ethical basis of social work relates to the consideration of clothing in these institutional procedures. It can be seen that, despite the attempt to incorporate clothing as a dimension that respects the right to autonomy and self-determination and the identity of the elderly person, this dimension is not properly incorporated, conditioned especially by the state of health of the elderly person.

Keywords: Elderly; Elderly Residence facilities; Clothing; Social Work;

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice de tabelas	ix
Glossário de Siglas	xi
Introdução	13
Capítulo I: O vestuário e a pessoa idosa como objeto de investigação	15
Capítulo II- Envelhecimento em ambiente institucional: o vestuário no processo de cuidados em contexto residencial.....	17
1.Envelhecimento	17
2. Importância do vestuário para preservação da identidade da pessoa idosa.....	18
3.O vestuário no processo de institucionalização em ERPI.....	19
4.A importância do vestuário nos cuidados à pessoa idosa	20
5.O serviço social nos cuidados à pessoa idosa	22
Capítulo III- Metodologia.....	25
1.Campo empírico: Universo e Amostra	25
2.Lógica e Estratégia de Investigação.....	26
3.Técnicas de recolha de dados.....	26
4.Técnica de análise dos dados	27
5.Limitações e dificuldades	28
6. Aspectos éticos	28
Capítulo IV – Apresentação e Discussão de Resultados	31
1. Caracterização Sociodemográfica.....	31
2. Análise e apresentação dos dados	32
2.1. Consideração do vestuário na fase de admissão e acolhimento.....	32
2.2. Processo de vestir	35
2.3.Tratamento de lavanderia na Estrutura Residencial Para Idosos.....	40

2.4.Efeitos do vestuário no bem-estar da pessoa idosa institucionalizada.....	41
2.5.O vestuário no processo de admissão e fase de adaptação à instituição.....	43
2.6. O vestuário na avaliação da satisfação do residente	44
2.7. Coordenação, apoio e supervisão dos/das colaboradores/cuidadores formais no seu trabalho com as pessoas idosas.....	45
2.8. Valorização do vestuário no quotidiano da pessoa idosa na instituição	47
2.9.Valores e princípios do serviço social	49
Conclusão.....	51
Bibliografia	53
Webgrafia.....	55
Anexos.....	59
Anexo A- Email enviado pela investigadora à Professora Doutora Lyn Slater	59
Anexo B- Email enviado pela investigadora à Professora Doutora Julia Twigg.....	60
Anexo C – Quadro síntese do estado da arte	61
Anexo D- Guião de entrevista Assistentes Sociais	62
Anexo E- Guião de entrevista Ajudantes de ação direta/Coordenadoras	63
Anexo F- Preparação, organização e fases resultantes no processo de análise de conteúdo ..	64
Anexo G- Quadro conceptual	65
Anexo H- Análise de hesitações e dúvidas no discurso das entrevistadas.....	67
Anexo I- Consentimento informado	68
Anexo J- Debriefing	69
Anexo L- Análise do envolvimento dos familiares no processo de admissão e acolhimento	71
Anexo M- Análise do envolvimento da pessoa idosa no processo de vestir sobre a perspetiva do estado de saúde	72
Anexo N – Análise das tensões e práticas dos cuidados adotadas no processo de vestir	73
Anexo O- Análise das restrições de vestuário disponível para a sua seleção por parte da pessoa idosa.....	74
Anexo P- Análise do tratamento do vestuário da pessoa idosa institucionalizada.....	75
Anexo Q- Análise da Relação entre os “Momentos de diálogo com familiares/pessoa idosa sobre o vestuário” e procedimentos do processo de admissão e acolhimento	76

Anexo R- Análise do vestuário enquanto dimensão do incluída no direito de decisão da pessoa idosa.....	77
Anexo S- Análise do vestuário enquanto elemento de identidade na prática das assistentes sociais	78
Anexo T- Análise da consideração das necessidades e preocupações da pessoa idosa na intervenção social	79

Índice de tabelas

Tabela 1: Dados sociodemográficos	31
---	----

Glossário de Siglas

APSS- Associação de Profissionais de Serviço Social

CID- Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos

DGSS- Direção-Geral da Segurança Social

DSIA- Direção de Serviços de Instrumentos de Aplicação

ERPI- Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas

GEP- Gabinete de Estratégia e Planeamento

ISS- Instituto da Segurança Social

SNS- Serviço Nacional de saúde

UN- United Nations

Introdução

O presente estudo tem como objeto o vestuário, no contexto específico das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), tendo procurado analisar a sua importância na preservação da identidade da pessoa idosa residente. O trabalho realizado pretende refletir de que forma a estrutura residencial valoriza o vestuário como elemento da personalização dos cuidados e da sua relação com o direito à liberdade, à individualidade e à autodeterminação da pessoa idosa residente.

Considera-se o tema da investigação inovador e importante para o serviço social em Portugal, pelo número de assistentes sociais que exercem funções em ERPI e pela necessidade de concretizar na prática profissional os valores e princípios da profissão. Ao contactar com Lyn Slater¹ (Anexo A), a mesma identifica o tema como pioneiro no serviço social, assim como Julia Twigg² (Anexo B), que, sendo socióloga, reconhece a importância de investigações em serviço social que vão além do apoio das necessidades básicas. Sabendo-se que esta parcela da população crescerá drasticamente no futuro (Department of Economic and Social Affairs & Population Division, 2020), é crucial uma maior compreensão da dimensão do vestuário nas práticas institucionais em ERPI, para que se possa compreender o que já é feito e o que pode ser melhorado para aumentar a qualidade de vida das pessoas idosas em ambiente institucional.

Foi definido como objetivo geral de pesquisa compreender a importância atribuída à dimensão vestuário no conjunto de elementos relacionados com a qualidade dos serviços prestados à pessoa idosa em meio institucional. Como objetivos específicos pretende-se i) analisar a perceção do/da assistente social e dos/das cuidadores diretos em ERPI sobre a relação entre o vestuário e bem-estar da pessoa idosa; ii) perceber de que modo a dimensão vestuário integra procedimentos de atuação no quotidiano institucional, desde a fase de acolhimento; iii) perceber em que medida, na prática do/da assistente social, existe relação entre a dimensão vestuário e os valores da dignidade e liberdade, valores âncora do serviço social e associados ao princípio dos Direitos Humanos.

¹ Lyn Slater é professora clínica associada na Escola de Pós-Graduação de Serviço Social e professora adjunta na faculdade de Direito da Universidade de Forham (Mercury, 2015). Em 2017, Lyn Slater foi oradora num *Ted Talk* intitulado de “How I became an accidental fashion icon at 64”. Nessa conferência a professora aborda como o vestuário e a moda são importantes para si e para os outros, independentemente da idade.

² Júlia Twigg é professora de Política Social e Sociologia na Universidade Kent, sendo uma autora de referência nos estudos de envelhecimento. Recentemente ela explorou, o vestuário como uma dimensão dos cuidados da pessoa idosa, especificamente da pessoa idosa com demência (University of Kent, 2021).

A definição destes objetivos está relacionada com as questões que motivaram a investigação:

1. As/os assistentes sociais associam o vestuário ao bem-estar da pessoa idosa? Integram essa dimensão na sua prática profissional em ambiente residencial?
2. Qual a relação entre a dimensão do vestuário e os valores e princípios basilares do serviço social?
3. Os/As ajudantes de ação direta que cuidam diariamente da pessoa idosa são orientados para a importância da preservação da liberdade de escolha no que diz respeito ao vestuário?

A estrutura da dissertação segmenta-se em cinco capítulos distintos. O primeiro capítulo “O vestuário e a pessoa idosa como objeto de investigação” integra a revisão bibliográfica sobre o tema, identificando-se os estudos realizados nos últimos cinco anos, nomeadamente, estudos sobre propostas de design de vestuário para a pessoa idosa, relação do vestuário com a idade e a consideração do vestuário em ambiente de cuidados à pessoa idosa. O segundo capítulo “Envelhecimento em ambiente institucional: o vestuário no processo de cuidados em contexto residencial” apresenta a realidade do envelhecimento em Portugal e o quadro regulamentar das ERPIs, assim como as etapas do processo de institucionalização. O elemento vestuário, enquanto elemento associado à noção de identidade, é analisado na sua relação com o ambiente de cuidados institucionais, apresentando-se, também, as limitações que podem ocorrer nas práticas quotidianas. Por fim, aborda-se o papel do serviço social em ERPI e os valores que orientam a prática em ambiente institucional.

No terceiro capítulo apresenta-se a abordagem metodológica que sustenta o estudo, de natureza qualitativa e exploratória, bem como as técnicas e procedimentos privilegiados e justificação da sua seleção. O quarto e último capítulo diz respeito à apresentação e discussão dos resultados, finalizando-se o trabalho com uma síntese dos resultados do estudo e algumas reflexões e pistas para futuras investigações.

Capítulo I: O vestuário e a pessoa idosa como objeto de investigação

A partir da pesquisa bibliográfica de 41 artigos científicos, 17 foram excluídos por não corresponderem a critérios pré-definidos. Posteriormente à análise dos títulos e abstract/resumo, o número de artigos ficou reduzido a 24. Para a seleção destes artigos publicados em revistas científicas foram definidos os seguintes critérios, serem publicados nos últimos 5 anos (2015-2020) e abordarem especificamente a importância do vestuário para a pessoa idosa, dando ênfase à importância do vestuário para a pessoa idosa institucionalizada.

O vestuário enquanto materialidade mundana na vida da pessoa idosa era negligenciado como objeto de investigação, dada a sua desvalorização enquanto promotor de conhecimento e associação equívoca à moda. Com o desenvolvimento da influência da nova gerontologia cultural (Twigg, 2015) e de publicações científicas de autores como Julia Twigg e Christina Buse, a produção científica face a este tema aumentou. Todavia, mantém-se uma lacuna de conhecimento no campo científico do serviço social, visto que não foi identificado nenhum artigo científico referente a esta área. Quanto aos artigos científicos detetados, os mesmos podem-se agrupar por temas, 1) Propostas de design de vestuário face à pessoa idosa, 2) Relação do vestuário com a idade e 3) Consideração do vestuário em ambiente de cuidados à pessoa idosa (Anexo C).

Na revisão dos artigos científicos referentes às formas de melhorar o design do vestuário da pessoa idosa, destaca-se a investigação de Foley et al. (2019), que analisaram o design do vestuário das pessoas com demência avançada através da teoria do reconhecimento. Os seus resultados indicam a importância da cooperação entre a pessoa idosa com demência e o designer na tomada de decisões referentes à conceção do vestuário. No estudo de Cichocka et al. (2020), a opinião das pessoas idosas no plano de design do vestuário já é considerada, no entanto os autores afirmam ser difícil satisfazer todos os seus requisitos, tais como, estilo de vestuário, preferências de materiais, cores, estética e conforto. Lee et al. (2019), do mesmo modo consideraram as preferências da pessoa idosa, porém essa informação, foi obtida a partir da revisão de literatura. Por sua vez os estudos de Neves et al. (2015), Carvalho et al. (2016) e Uran & Geršak (2018), focaram as suas propostas de design de vestuário nas questões do conforto e segurança, não evidenciado qualquer consideração das preferências da pessoa idosa nos seus estudos.

Nesta lógica é relevante ressaltar os artigos científicos que relacionam o vestuário com a idade, em particular os que definem quais as preferências da pessoa idosa. Os resultados das entrevistas de investigação de Lövgren (2016) ressaltam as preferências e as mudanças de vestuário da mulher idosa, determinando o conforto como a preferência predominante do vestuário, porém, a autora enfatiza uma multiplicidade de compreensões acerca do conforto, para umas significava sentirem-se bem com a sua aparência, para outras significava escolherem vestuário mais fluído, outras referiam uma maior liberdade em escolher vestuário mais confortável com o envelhecer. A autora acrescenta, que são adicionados novos critérios, às

preferências da pessoa idosa quando os eventos são de caráter social, como é o caso da atração e da estética. No estudo de Rahman & Chang (2018) ao analisarem as percepções de vestuário e aparência da mulher idosa de Taiwan, constatam que a mulher idosa não só privilegia o conforto como também inclui outros critérios, como qualidade, cor e estilo. Além disso, Au et al. (2016) referem que a pessoa idosa em Hong Kong prefere tecidos como, algodão e licra algodão, utilizando com menos frequência tecidos como o couro.

Um resultado que foi transversal em muitos dos artigos científicos é que a pessoa idosa tende a optar por vestuário que cubra o corpo (ex: blusas de manga comprida) dado as mudanças físicas advindas da velhice (Au et al., 2016; Au & Lam, 2020; Lövgren, 2016; Rahman & Chang, 2018; Thorpe, 2018). Adicionalmente, Thorpe (2018) reconhece que as mulheres idosas sofrem de exigências da sociedade perante o seu corpo, no qual se sentem quase como “obrigadas” a cobrir o mesmo. Apesar disso, os resultados da investigação de Twigg (2020) realçam que a idade também produz um impacto no vestuário do homem, apenas este ocorre num estado mais tardio do que o da mulher idosa.

Em último, ressalva-se os estudos que abordam a consideração do vestuário em ambiente de cuidados. Nos artigos científicos considerados destaca-se as investigações de Armstrong & Day (2020) e Buse et al. (2018b) que analisaram o impacto da lavanderia institucional em ambiente de cuidados. Ambos os estudos compreendem que apesar dos cuidados de lavanderia serem considerados como triviais na estrutura residencial, eles são importantes para o bem-estar da pessoa idosa. Na investigação de Buse et al. (2018b), o vestuário é considerado como um elemento das materialidades dos cuidados, sendo compreendido, que apesar do vestuário ser invisível em ambiente institucional, este é importante, pois, pode revelar aspetos negligenciados nos cuidados à pessoa idosa institucionalizada.

Uma conjugação de artigos científicos (Buse & Twigg, 2015, 2016, 2018; Bellass et al., 2019; Campbell et al., 2015; Cleeve et al., 2020) estudaram o significado do vestuário para as pessoas com demência e a sua consideração na prática dos cuidados. Nas investigações de Buse & Twigg (2015, 2016) o vestuário é definido como uma materialidade dos cuidados que permite não só apoiar a manutenção da identidade, como também recordar histórias pessoais de pessoas idosas com demência. Por sua vez, a investigação de Bellass et al. (2019) compreende a importância do vestuário enquanto dimensão que pode ser utilizada para dinamizar práticas criativas em ambiente de cuidados. Concretamente Campbell et al., (2015) apresentam como proposta as biografias de aparência multisensoriais, como uma técnica importante de recolha de informação acerca das rotinas e do vestuário da pessoa idosa com demência para que se possa manter os seus hábitos de vestir em ambiente de cuidados. Quanto ao direito de escolha da pessoa idosa com demência, Buse & Twigg (2018), explicam que é importante considerar a pessoa como capaz de decidir sobre o vestuário que quer vestir, podendo ser adotadas estratégias como, apresentação de escolhas estruturadas/simplificadas.

Capítulo II- Envelhecimento em ambiente institucional: o vestuário no processo de cuidados em contexto residencial

1.Envelhecimento

O processo de envelhecimento deve ser analisado como um processo heterogêneo (Phillips et al., 2006). De acordo com Lima (2010) o envelhecimento é um processo universal, gradual e irreversível de mudanças e de transformações que ocorrem com a passagem do tempo. Consiste num fenómeno intimamente ligado aos processos de diferenciação e de crescimento, já que nele concorrem a interação de fatores internos como o património genético, e externos, como o estilo de vida, a educação e o ambiente em que o sujeito vive. (p.14)

Carvalho (2013) por sua vez explica que o processo de envelhecimento deve ser explicado por diferentes pontos de vista, 1) demográfica, que considera como as questões demográficas do envelhecimento afetam a estrutura etária da população, 2) idade cronológica que está relacionado com a organização do acontecimentos de vida com base na idade, 3) idade fisiológica e biológica, que está relacionado com o desenvolvimento e morte dos organismos, 4) idade cultural e social, que está relacionado com adoção de papéis por parte da pessoa idosa e como esses são influenciados pelo autoconceito do que é ser “velho” e 5) idade psicológica, que segundo Lima (2010, p.14-15) está “relacionado com a autorregulação do indivíduo, e as mudanças nas funções psicológicas como a memória e a tomada de decisões”.

O envelhecimento é um desafio para a sociedade contemporânea, representada por uma longevidade da população que se intensificará futuramente. Em 2019, existiam 703 milhões de pessoas com 65 anos ou mais na população mundial, projeta-se que até 2050 haverá um crescimento estimado de 48%. Em Portugal, o país é bastante envelhecido estando em 4º lugar entre os dez países ou áreas com o maior rácio de dependência entre as pessoas idosas em 2019 (Department of Economic and Social Affairs & Population Division 2020). Consequentemente, estes números refletem-se na quantidade de pessoas institucionalizadas em ERPI que, segundo o Serviço Nacional de Saúde [SNS] (2020) eram 99.234 pessoas no ano de 2020.

As estruturas residenciais diferenciam-se por apresentarem qualificações nos cuidados à pessoa idosa dependente (Mouro, 2013), sendo regulamentadas por um conjunto de instrumentos que as orientam como intervir com qualidade junto da pessoa idosa institucionalizada; entre estes, encontram-se os Direitos Humanos, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e documentos orientadores no domínio internacional e nacional.

Internacionalmente a Assembleia geral das Nações Unidas a favor dos idosos (1991) determinou primeiramente a importância da oferta de cuidados profissionais e especializados à pessoa idosa (António, 2013). Continuamente a II Assembleia Mundial das Nações Unidas

(Madrid, 2002) delimitou de forma mais aprofundada um conjunto de dimensões de envelhecimento ativo, sendo estes fatores, sociais, pessoais, económicos, comportamentais, saúde, serviços sociais e ambiente físico, que nortearam as estruturas residenciais a adotar uma abordagem holística e integrada (Instituto da Segurança Social [ISS], 2011). Quanto ao *European Quality Framework for long-term care services- Principles and guidelines for the wellbeing and dignity of older people in need of care and assistance (2012)* e o *European Charter of the rights and responsibilities of older people in need of long-term care and assistance (2010)* os documentos demarcam um conjunto de orientações, que definam a importância de salvaguardar o direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa em ambiente residencial. No contexto nacional o *Manual de Boas Práticas: Uma guia para a acolhimento residencial das pessoas mais velha (2005)* e o *Manual de processos chave estrutura residencial para idosos (2011)* são também documentos importantes que enfatizam a necessidade de uma intervenção humanizada, personalizada e que considere a heterogeneidade das pessoas idosas, assentando no respeito e promoção pelos direitos humanos.

2. Importância do vestuário para preservação da identidade da pessoa idosa

O conceito identidade é compreendido por definições que são criadas e sobrepostas ao self, referem-se a conceitos sobre quem é a pessoa e como ela é. O termo self engloba o sentimento direto que cada pessoa tem, em aceder aos seus pensamentos, sentimentos e sensações. Considera-se que a identidade é socialmente definida, sendo frequentemente criada pela sociedade mais ampla, embora os indivíduos geralmente tenham alguma oportunidade de refinar ou negociar as identidades que a sociedade lhes dá (Baumeister, 1997).

O vestuário é um elemento importante para a identidade dos indivíduos (c, 2007; Twigg, 2020) no caso das mulheres, Woodward (2007) defende que o vestuário representa quem a pessoa é e o que ela pretende ser no mundo. Do mesmo modo, o processo de vestir, é reconhecido como o “wardrobe moment”, no qual é considerado um momento privado e íntimo que ocorre no quarto onde a pessoa se veste (Woodward, 2007) podendo apoiar ou comprometer a identidade da pessoa idosa (Buse & Twigg, 2018).

Com a entrada da pessoa idosa no envelhecimento, a importância da identidade mantém-se (Twigg, 2007), podendo não só preservar a identidade da pessoa idosa (Buse & Twigg, 2016) como também as suas memórias, especialmente nos casos de demência (Campbell et al., 2015; Buse & Twigg, 2015, 2016); Goett, 2008). Tal como mencionado por Baumeister (1997) anteriormente, Chen (2021) reconhece que a identidade da pessoa idosa é influenciada pelo self, permitindo à pessoa expressar a sua singularidade, e pela sociedade onde a pessoa idosa é pressionada a alterar a aparência para aumentar a sua autoconfiança e aceitação pelos outros. De acordo com Twigg (2007) o self é influenciado pelo social através de contextos sociais,

económicos e culturais, onde são impostas exigências específicas (assexualidade/segunda infância) em relação à aparência, prendendo a pessoa idosa em estruturas disciplinares, com pouca autonomia pessoal e de agência³.

No caso das pessoas idosas institucionalizadas a consideração do vestuário como um elemento de expressão de identidade, pode ser especialmente importante para a manutenção da sua individualidade bem como para preservação do seu direito escolha (Armstrong & Day ,2020, no entanto, a incorporação do vestuário em ambiente de cuidados, como elemento de identidade, pode ser um desafio, para as estruturas residenciais (Buse & Twigg, 2014).

3.O vestuário no processo de institucionalização em ERPI

Não há muito tempo, as famílias eram reconhecidas como a principal entidade de suporte em situações de dependência dos seus familiares. Embora, nos dias de hoje, a família ainda tenha um papel importante no cuidar dos/das idosos, as suas transformações estruturais desencadearam um aumento das taxas de institucionalização (Lima, 2010).

A Direção-Geral da Segurança Social [DGSS], & Direção de Serviços de Instrumentos de Aplicação [DSIA] (2021) caracterizam a resposta social como uma estrutura residencial que promove um alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos, no qual proporciona serviços adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas. Noutra perspetiva Goffman (1961, p.17) define a estrutura residencial como uma instituição total, criada “para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas”.

A entrada da pessoa idosa para a ERPI decorre em 4 fases, 1) candidatura, 2) admissão, 3) acolhimento, e 4) projeto de vida. Na candidatura a pessoa responsável pelas admissões deve receber pessoalmente o candidato, para uma entrevista transmitindo informação acerca de, quais os serviços gratuitos e quais os pagos, apresentação dos colaboradores e das suas funções e conversar sobre a possibilidade de a pessoa idosa trazer objetos pessoais para a instituição. Por outro lado, é necessário recolher informação onde o candidato pode apresentar quais os requisitos que queira que sejam cumpridos quando ingressar na estrutura residencial.

Seguidamente na admissão, a receção do residente deve incluir, um esclarecimento sobre o regulamento interno e sobre os direitos e deveres do futuro residente, devendo ser celebrado um contrato por escrito, e o registo dos bens e valores, como é o caso do vestuário. No acolhimento à pessoa idosa deve-se realizar um acolhimento individualizado, onde o objetivo é preservar a identidade da pessoa idosa, através da consideração do seu carácter e personalidade. Com a recém-chegada do novo residente deve se reforçar a informação e esclarecer quaisquer dúvidas da pessoa idosa. A última fase é o projeto de vida que deve ser definido pelo residente, em conjunto com a

³A agência é a “liberdade individual de agir e moldar a sociedade” (Giddens & Sutton, 2014, p. 52).

estrutura residencial e, se o residente assim o desejar, com a sua família, com o intuito de potenciar as capacidades da pessoa idosa e valorizá-la (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social & Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos [CID], 2005).

O vestuário é uma dimensão do processo de institucionalização, porém, na visão de Goffman (1961) é um aspeto muito controlado, sendo a pessoa idosa despida da sua aparência usual. O tal controlo envolve procedimentos como a atribuição de números e enumeração de bens pessoais e distribuição de roupas da instituição. A institucionalização da pessoa idosa numa ERPI pode ter um impacto positivo na vida pessoa, seja através de uma maior sensação de segurança e de uma menor sensação de isolamento (Mouro, 2013), no entanto o vestuário ao ser considerado como um elemento ínfimo para o “eu” da pessoa idosa nos serviços da instituição, pode gerar um conjunto de consequências negativas, entre elas, a deformação pessoal⁴ e a perda de uma segurança pessoal⁵ e com menos frequência a desfiguração pessoal⁶ (Goffman, 1961).

Assim, é sugerido a valorização do vestuário menos prático e da possibilidade do mesmo ser trazido para a instituição, dado as suas implicações positivas para identidade e segurança ontológica da pessoa idosa (Buse & Twigg, 2016). Como também, é enfatizado a importância da recolha de informação e transmissão das preferências da pessoa idosa relativamente ao vestuário para os/as ajudantes de ação direta, para que não se concebam suposições superficiais acerca das preferências de vestuário (Campbell, et al., 2015).

4.A importância do vestuário nos cuidados à pessoa idosa

O processo de vestir e o tratamento do vestuário em lavandaria institucional são procedimentos do quotidiano nos cuidados à pessoa idosa que envolvem o vestuário, configurando-se como indicadores de qualidade dos serviços prestados à pessoa idosa (Ward, 2008).

O processo de vestir é uma ação que envolve um conjunto de elementos que devem ser considerados, com o intuito de garantir a qualidade dos cuidados. Primeiramente, deve se considerar não só o direito de autonomia e de agência na tomada de decisões referentes ao vestuário, como também a manutenção da identidade do residente institucional (Ward, 2008). Seguidamente é importante salientar a relação entre a pessoa idosa e o/a ajudante de ação direta no processo de vestir, porque, na perspectiva de Caldas et al. (2014), permite que as pessoas idosas superem situações de dependência, redescubram potencialidades/habilidades, aumentem a autoestima e sensação de segurança e reduzam ansiedade. Pode, ainda, se definir como importante

⁴ A deformação pessoal “decorre do facto da pessoa perder seu conjunto de identidade” (Goffman, 1961, p. 29)

⁵ A desfiguração pessoal “decorre de mutilações diretas e permanentes do corpo - por exemplo, marcas ou perda de membros (Goffman, 1961, p. 29)

⁶ A segurança ontológica dá “um sentido de continuidade e ordem nos eventos, incluindo aqueles que não se encontram diretamente dentro do ambiente precetivo do indivíduo (Giddens, 1991, p. 243).

a partilha de pensamentos e sentimentos no processo de vestir por parte da pessoa idosa, que segundo Schweitzer & Bruce (2008) pode desencadear memórias da pessoa idosa sobre os seus hábitos no processo de vestir e escolhas de vestuário, melhorando a comunicação entre a pessoa idosa e o cuidador formal.

Apesar de tudo, nem sempre é possível garantir estes elementos dos cuidados no processo de vestir, influenciados por forças que afetam como este procedimento é considerado na prática institucional. As vulnerabilidades físicas e cognitivas da pessoa idosa limitam o envolvimento da pessoa no processo de vestir, o que conseqüentemente, gera um maior envolvimento dos/das ajudantes de ação direta e família nas tomadas de decisões referentes ao vestuário. No caso particular das pessoas com demência, pode ser adotado pelos/as cuidadores formais não só, uma prática manipulativa do corpo, que envolve um cuidado objetificado no ato físico do vestir, sendo comparado pela autora, o processo de vestir da pessoa idosa com demência ao processo de vestir um manequim, bem como uma prática manipulativa do vestuário, que se reflete na redução de opções de vestuário que a pessoa idosa com demência pode escolher vestir. As pressões temporais das rotinas institucionais, e as burocracias institucionais referentes ao vestuário da pessoa idosa, (desencorajamento do uso de roupa de noite e pijamas em ambientes públicos da ERPI), limitam do mesmo modo o envolvimento da pessoa idosa no processo de vestir (Buse & Twigg, 2018).

No tratamento de lavanderia institucional Buse et al (2018b) definem como elemento importante para a qualidade dos cuidados institucionais, a relação entre pessoa idosa e os funcionários de lavanderia da ERPI, porque ao se conhecer a pessoa idosa e os seus estilos de vestuário podem ser criados cuidados de lavanderia personalizados, como por exemplo, uma maior facilidade em reconhecer roupas sem etiqueta de registo. Segundo Armstrong & Day (2020) a ausência de tempo e poder para criar relações e prestar atenção às necessidades individuais dos residentes, pode limitar a personalização dos cuidados de lavanderia, o que conseqüentemente, origina problemas, como, desaparecimento, distribuição errada e vestuário danificado. Perante estes problemas o vestuário de alguns residentes é tratado, por familiares, voluntários, ou mesmo trabalhadores pagos, que levam o vestuário para casa para o poderem tratar com qualidade e de modo mais personalizado.

Considera-se pertinente referenciar um conjunto de abordagens teóricas que podem orientar os profissionais na consideração do vestuário em ambiente de residencial. A abordagem criativa defende que a criatividade deve ocupar um lugar nos cuidados à pessoa idosa com demência, permitindo aos profissionais inovarem as suas práticas. Um exemplo da adoção de uma abordagem criativa em ambiente de cuidados que considere o vestuário é a reorganização do guarda-roupa da pessoa idosa com demência por cores (Bellass et al., 2019). A abordagem das materialidades dos cuidados utiliza o vestuário como um mecanismo de análise dos cuidados institucionais (Buse et al., 2018a). Segundo Cleeve et al. (2020) os/as ajudantes de ação direta devem considerar o vestuário enquanto materialidade dos cuidados, pois permite aos mesmos

adquirir informação pertinente sobre os residentes e sobre a sua vida na instituição, proporcionando aos/às cuidadores formais uma oportunidade para melhorar a qualidade dos seus cuidados prestados em ERPI. E a abordagem centrada na pessoa defende que os residentes institucionais devem ser vistos como parceiros iguais na planificação, desenvolvimento e monitorização dos cuidados, valorizando o direito à autodeterminação e autonomia da pessoa idosa (Health Innovation Network South London, 2016). De acordo com Campbell et al. (2015), um exemplo de uma abordagem centrada na pessoa, é o reconhecimento do valor do vestuário em ambiente institucional, visto que apoia a identidade do residente em ERPI.

5.O serviço social nos cuidados à pessoa idosa

O envelhecimento emerge como uma área do serviço social a partir das abordagens das pioneiras Mary Richmond e Jane Adams (Ribeirinho, 2013). Ainda assim, só a datar os anos 80 é que o envelhecimento conquistou espaço dentro do campo do serviço social decorrente da influência da gerontologia social. Nesta vigência o envelhecimento é encarado de um modo mais positivista e otimista, embora ainda persistisse uma atitude defensiva para com a intervenção social junto da pessoa idosa (Lymbery, 2005).

É na sequência do reconhecimento do envelhecimento como área do serviço social, que se determina qual o papel do/da assistente social em ambiente residencial. A intervenção social deve focar-se na manutenção do sentido de identidade da pessoa idosa (Lymbery, 2005) como também na valorização da pessoa idosa enquanto decisor da sua vida em ambiente residencial, considerando assim, as suas necessidades, preocupações e opiniões acerca dos cuidados prestados (Ribeirinho, 2013).

Concretamente o/a assistente social possui como funções em ERPI, realizar a avaliação social, criar momentos de diálogo para obtenção de informação acerca da identidade biográfica da pessoa idosa, comunicar à pessoa idosa os seus direitos e deveres dentro da residência institucional, acompanhar o programa de integração do residente promovendo a adaptação da pessoa idosa a uma nova vida na estrutura residencial, elaboração do plano de intervenção individual focado na qualidade de vida e autonomia com o propósito de garantir a autoestima e a dignidade da pessoa idosa e avaliação da satisfação do residente que faz uma análise acerca do trabalho institucional realizado e dos resultados obtidos. Do mesmo modo os/as assistentes sociais possuem um conjunto de funções que envolvem coordenar, apoiar, e supervisionar os/as ajudantes de ação direta no seu trabalho com as pessoas idosas. Na sua intervenção, o/a assistente social deve liderar as suas equipas e definir estratégias de colaboração, promover a comunicação entre os profissionais da ERPI e os/as utentes e /familiares, organizar reuniões de equipa, designadamente, para discussão de casos enquanto momentos de formação para os colaboradores e, ainda, potenciar a complementaridade, e a coesão (Ribeirinho, 2013).

A intervenção específica do serviço social em ambiente residencial é canalizada fisicamente pelo *Código Deontológico dos Assistentes Sociais*, consignando um conjunto de valores, princípios e obrigações de conduta ética que se aplicam a todos os/as assistentes Sociais que exerçam em Portugal. Na conjuntura de valores do serviço social, o valor da dignidade humana e a liberdade são valores cruciais na intervenção junto da pessoa idosa.

O valor da dignidade humana privilegia a promoção da pessoa em processos de capacitação de modo a atuar de forma livre e responsável, compreendendo a identidade de cada pessoa, sem qualquer julgamento pejorativo. O valor da liberdade define como importante a salvaguarda da autonomia e da tomada de decisões livres da pessoa idosa, bem como a libertação de impedimentos que limitem essa autonomia. Nos princípios éticos é definido como importante, os direitos humanos que consiste no respeito incondicional pelo valor de cada pessoa e a sua integridade, no respeito pela autodeterminação promovendo o direito da pessoa de fazer as suas próprias escolhas, e na contribuição para o bem-estar das pessoas idosas institucionalizadas (Associação de Profissionais de Serviço Social [APSS], 2018).

Relacionado com a base ética definida prevalece o direito à autodeterminação que considera “que o indivíduo é o melhor juiz dos seus próprios interesses e que cada pessoa tem o direito de tomar as suas próprias decisões” (Furlong, 2003; Karlsson & Nilholm, 2006 como citado em Akbar, 2019, p. 9). E a autonomia que, segundo Faleiros (2013, p.36), significa “consciência, capacidade e possibilidade relacional para tomar decisões de respeito si e da sua relação com o mundo”.

Independentemente da base teórica e ética do serviço social, a heterogeneidade das pessoas idosas institucionalizadas representa um conjunto de desafios para o/a assistente social (Phillips et al., 2006). Por essa razão, um dos dilemas que pode emergir em ambiente residencial é a consideração do vestuário em ambiente institucional, dado que as estruturas residenciais tendem a focar-se mais questões da saúde biomédica do que nas questões de identidade, conforto e dignidade (Armstrong & Day, 2020).

Capítulo III- Metodologia

1.Campo empírico: Universo e Amostra

A presente investigação integra como campo empírico diferentes estruturas de acolhimento residencial de pessoas idosas, públicas e privadas, no território nacional. A seleção das entidades justifica-se pela necessidade de compreender como é que o vestuário é entendido em ambiente residencial, sendo as entidades consideradas em estudo as Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), habitualmente designadas como Lar. Os universos do estudo são ajudantes de ação direta, coordenadores de ajudantes de ação direta e assistentes sociais que intervenham em ERPI. Porém, foi necessário estabelecer como critério “a participação de ajudantes de ação direta no processo de vestir” de modo a que os participantes pudessem dar informações claras face à integração do vestuário no ambiente de cuidados.

Existem dois métodos para a seleção da amostra dos participantes no estudo: a amostra probabilística/aleatória e amostra não probabilística/não aleatória. A amostragem não probabilística, por conveniência, foi a selecionada, dado que a investigadora não adotou nenhum método específico na seleção dos participantes em estudo, estando dependente do nível de acessibilidade ao campo empírico, da disponibilidade quer de instituições quer de assistentes sociais, ajudantes de ação direta/coordenadores. A amostragem não probabilística, por conveniência, possui as suas limitações visto não garantir uma representatividade da população, porém, pode ser utilizada, para captar ideias gerais e identificar aspetos críticos, como é o caso da investigação em questão (Sousa & Batista, 2014).

Assim sendo, a amostra do estudo é composta por 8 participantes, sendo que 4 são assistentes sociais, 2 são ajudantes de ação direta e 2 são coordenadoras de ajudantes de ação direta. Importante mencionar que inicialmente as coordenadoras de ajudantes de ação direta não foram consideradas como participantes no estudo pela investigadora, todavia, por sugestão de duas assistentes sociais, estes foram integrados na amostra, devido aos seus conhecimentos acerca da integração do vestuário em ambiente residencial.

Os locais das ERPIS que colaboraram no estudo, foram selecionados por pertinência e facilidade no contacto, sendo estas, a ilha do Faial/Horta, Lisboa, Leiria e Coimbra. Em conformidade com as localidades, as ERPIS eleitas foram: Associação Casapiana de Solidariedade; Centro Social Paroquial de Lorvão; Qualisénior -Residência Geriátrica; Lar de S. Francisco- Santa Casa da Misericórdia da Horta.

Os participantes envolvidos subdividem-se pelas entidades identificadas anteriormente:

- Lar de S. Francisco- Santa Casa da Misericórdia da Horta: 1 assistente social; 1 ajudante de ação direta; 1 coordenadora dos ajudantes de ação direta

- Qualisénior- Residência Geriátrica: 1 assistente social; 1 ajudante de ação direta
- Associação Casapiana de Solidariedade: 1 assistente social; 1 coordenadora dos ajudantes de ação direta
- Centro Social Paroquial de Lorvão: 1 assistente social

2.Lógica e Estratégia de Investigação

A investigação realizada é classificada como um estudo de carácter exploratório, porque em Portugal este campo de estudo encontra-se desprovido de referências bibliográficas que estabeleçam uma articulação teórica e/ou prática entre a consideração da dimensão do vestuário na institucionalização da pessoa idosa e a intervenção do serviço social. Neste sentido a investigação consiste num “empreendimento abrangente, propositado, sistemático, pré-arranjado, concebido para maximizar a descoberta de generalizações conducentes à descrição e compreensão de uma área da vida social”.” (Stebbins 2001, p. 3).

Na contínua delineação da lógica e estratégia de investigação é importante introduzir no estudo exploratório o seu quadro de referência teórico, enquadrando-o no paradigma interpretativo. Na essência do paradigma interpretativo contempla-se a ontologia idealista e a epistemologia do construcionismo social. Na ontologia idealista a realidade é constituída pelas representações individuais dos entrevistados acerca do mundo e os seus respetivos significados e interpretações criados e mantidos pelos atores sociais. Do mesmo modo, a epistemologia do construcionismo social compreende a realidade através da perspectiva dos indivíduos que vivem e trabalham nele, sendo que serão os próprios a desenvolver significados subjetivos acerca das suas experiências (Blaikie, 2007). Atendendo à delineação do estudo, foi selecionado a investigação qualitativa, devido à subjetividade que oferece. Esta estratégia permite explorar um pequeno grupo de casos, mas em profundidade, tomando uma maior atenção a nuances e pormenores (Ragin, 1994). Em consonância, é adotada uma estratégia de pesquisa de carácter indutivo, onde os resultados são gerados a partir dos dados recolhidos no terreno (Creswell, 2003).

3.Técnicas de recolha de dados

Como técnica de investigação adotada, foi considerada a entrevista semiestruturada. As entrevistas são técnicas que permitem ao investigador recolher informações muito ricas e matizadas, pelo contacto direto entre o investigador e os entrevistados. Em particular, a entrevista semiestruturada é muito utilizada na investigação social, sendo que o seu procedimento não é totalmente aberto, utilizando-se perguntas orientadoras que permitem obter informações sobre a realidade do estudo (Quivy & Campenhoudt, 2005). Nas investigações qualitativas a questão

“quantos” é de importância secundária comparativamente com as questões “Como” e “Quem” apesar destas questões se relacionarem-se entre si (Fontanella, 2021). Guest et al. (2006) recomenda 6 a 12 entrevistas numa investigação qualitativa, assim sendo foram realizadas nesta investigação 8 entrevistas.

Como instrumento de condução da entrevista existe o guião de entrevista semiestruturada, que embora dê alguma liberdade ao entrevistado não deixa que este se disperse do tema da investigação. Neste estudo foram elaborados dois guiões de entrevistas (Anexo D e E), um dirigido às assistentes sociais e o outro às ajudantes de ação direta e aos seus/suas coordenadores.

O processo de recolha de dados decorreu entre 21 de abril de 2021 a 4 de junho de 2021. Na sua maioria, as entrevistas tanto às assistentes sociais como às ajudantes de ação direta e respetivas coordenadoras foram realizadas por zoom. As entrevistas por vídeo conferência, apesar de algumas limitações, são vistas como uma forma eficaz de reunir informação importante sobre os entrevistados (Khalil & Cowie, 2020). Todavia, as entrevistas realizadas ao Lar de S. Francisco- Santa Casa da Misericórdia da Horta, foram realizadas presencialmente, por sugestão da própria entidade.

4. Técnica de análise dos dados

A análise qualitativa de dados é definida por Brandão et al. (2021) como um processo que procura dar sentido à experiência humana, reduzindo, identificando padrões e dando sentido a grandes quantidades de informação, muitas vezes de fontes diferentes. Neste processo o investigador pretende concretizar um objetivo de investigação, dando resposta a uma questão de investigação (ou mais), regra geral seguindo-se uma lógica indutiva. (p. 129)

Na investigação social o método de análise mais frequente é a análise de conteúdo (Quivy & Campenhoudt, 2005). A análise de conteúdo ocorre em três fases: preparação, organização e reportação dos dados (Anexo F). Na fase de preparação, o investigador seleciona a unidade de análise e tenta dar sentido aos dados recolhidos. Na fase da organização, pela lógica indutiva, o processo inclui, codificação aberta, agrupamento e categorização e abstração. Por fim, ocorre a fase da reportação dos dados, no qual o processo de análise e os resultados são reportados. A reportação dos dados pode ser uma fase desafiante para os investigadores (Elo & Kynga's, 2008), contudo, os programas de software de análise qualitativa podem ser utilizados para facilitar a organização e categorização dos dados (Gerbic & Stacey, 2005, p. 48).

Assim, optou-se pela utilização da análise de conteúdo, onde se relaciona códigos prévios (Anexo G), criados a partir da revisão bibliográfica, com códigos produzidos a partir da análise empírica das entrevistas. Como suporte à análise de conteúdo é utilizado o software *maxqda*, que é definido como sendo um software bem sucedido, para apoiar várias atividades analíticas, como, codificação, redação de memorandos e diagramação (Oswald, 2019).

5. Limitações e dificuldades

Durante o processo de investigação são reconhecidas limitações e dificuldades que afetaram o seu planeamento e execução. A limitação central da investigação foi a pandemia COVID-19. Inicialmente estava programada a realização de 10 entrevistas a 10 instituições diferentes, no entanto, com a sobrecarga de trabalho causada pela pandemia COVID-19 ocorreram alguns cancelamentos e adiamentos de entrevistas e, por essa razão, em vez de 10 foram realizadas 8 entrevistas em 4 instituições distintas. A realização de entrevistas num período de pandemia implicou que a maioria das entrevistas ocorresse por vídeo chamada, o que dificultou a transcrição e posterior interpretação dos dados mediante alguns problemas técnicos das gravações.

Por fim, a inexistência de conhecimento aprofundado por parte dos profissionais face à consideração do vestuário em ambiente de cuidados e face à relação da temática com os valores e princípios do serviço social por parte das assistentes sociais induziu algumas dificuldades na condução e interpretação das entrevistas. O discurso das entrevistadas apresentava algumas hesitações e dúvidas que dificultavam a recolha de dados, sendo necessário introduzir perguntas secundárias para uma maior obtenção de informação pertinente (Anexo H).

6. Aspetos éticos

A ética é responsável por procurar princípios éticos que orientem os investigadores para uma investigação de qualidade (Sousa & Batista, 2014). Intrínseco à ética estão associados os códigos de ética que regulamentam relação entre o entrevistador e os entrevistados (Gonçalves & Gonçalves, 2021). Assim sendo, a investigação é regulada pelo código ético “Código de Conduta Ética na Investigação – ISCTE-IUL” (2016).

Como princípios orientadores da investigação, são considerados a honestidade, responsabilidade, fiabilidade e rigor, a objetividade e a integridade, por conseguinte a investigadora, orientada por estes princípios, iniciou a investigação com o consentimento informado, (Ver anexo I). Neste consentimento, as participantes autorizam prosseguir com a entrevista e com a sua gravação. O consentimento informado dá informação acerca dos objetivos gerais, tempo estipulado e características gerais da participação no estudo, direito a recusar ou interromper a participação em qualquer momento da investigação, eventuais riscos, desconfortos ou outros efeitos prejudiciais associados à participação e eventuais benefícios, limites à confidencialidade, e incentivos à participação na investigação. Além disso é colocado no consentimento informado, o contacto da investigadora, caso os participantes desejem fazer perguntas ou comentários sobre o estudo (ISCTE-IUL, 2016).

Por último foram enviados por email às participantes o Debriefing (Anexo J) acerca do estudo para que estas possam aceder a informação mais pormenorizada acerca da temática, completando a informação fornecida no consentimento informado. No mesmo email é acordado que, após a realização da dissertação de mestrado, a mesma será enviada para todas as entrevistadas para que estas possam aceder aos resultados e conclusões do estudo.

Capítulo IV – Apresentação e Discussão de Resultados

1. Caracterização Sociodemográfica

O corpo das participantes da investigação é composto por 4 assistentes sociais, 2 ajudantes de ação direta e 2 coordenadoras de ajudantes de ação direta. As assistentes sociais têm todas licenciaturas em Serviço Social, todavia só uma entrevistada tem mestrado. Em relação aos anos em que as assistentes sociais exercem a profissão, a maioria exerce a profissão há mais de dez anos, por sua vez no caso dos anos de serviço na ERPI apenas uma assistente social trabalha há mais de 10 anos. Quanto à formação/especialização na área do envelhecimento 3 entrevistadas possuem formação, havendo apenas uma entrevistada que não possui formação nesta área.

As ajudantes de ação direta/coordenadoras na sua maioria possuem o 9º ano, existindo apenas uma entrevistada com o 6º ano. Quanto aos anos em que as colaboradoras exercem a profissão na ERPI, metade das entrevistadas exerce a sua profissão há mais de 10 anos e a outra metade há menos de 10 anos, sendo verificado que todas as entrevistadas possuem formação na área do envelhecimento.

Tabela 1: Dados Sociodemográficos

Dados Sociodemográficos dos Assistentes Sociais		
Gênero		
Feminino		Masculino
4		0
Habilitações literárias		
Licenciatura		Mestrado
3		1
Tempo que exerce a profissão de Assistente Social		
0-10		10-20
1		3
Tempo que exerce a profissão de Assistente Social na ERPI		
0-10		10-20
3		1
Formação/especialização na área de envelhecimento		
Sim		Não
3		1
Dados Sociodemográficos dos Ajudantes de Ação direta/Encarregados		
Feminino		Masculino
4		0
Habilitações literárias		
9º ano		6º ano
3		1
Tempo que exerce a profissão de ajudante de ação direta na ERPI		
0-10		10-20
2		2
Formação na área do envelhecimento		
Sim		Não
4		0

Elaboração própria

2. Análise e apresentação dos dados

A apresentação dos resultados consistirá na descrição e entendimento de significados, no questionamento da presença e frequência e no estabelecimento de relações nas dimensões (Sousa & Batista, 2014).

2.1. Consideração do vestuário na fase de admissão e acolhimento

A primeira dimensão de análise “Consideração do vestuário na fase de admissão e acolhimento” compreende como é que a dimensão vestuário integra os procedimentos da fase de admissão e acolhimento e qual o envolvimento da pessoa idosa neste processo.

Na primeira dimensão, identifica-se um conjunto de procedimentos no processo de admissão e acolhimento, sendo estes: o registo de vestuário; informações dadas sobre o vestuário que pode ser levado para instituição; consideração das preferências da pessoa idosa por parte das profissionais da ERPI; distribuição das roupas da instituição.

O registo do vestuário foi o procedimento mais mencionado por unanimidade, no entanto o tipo de registo não é consensual entre os testemunhos das entrevistadas. O registo do vestuário pode ser realizado por número (A.S.1; A.S.2; A.S.3; A.A.D.1; C.2), ou pelo nome do residente (A.S.4.; AAD2; C.1) e tem como objetivo a identificação do vestuário de cada residente institucional.

“(...) É atribuído um número e a roupa é identificada..” (A.S.3)

“(...) recebemos as roupas que ela traz, fazemos registo dessas roupas através da marcação com o nome das pessoas.” (C.1)

As informações dadas sobre o vestuário que pode ser levado para instituição é o segundo procedimento mais mencionado pelas entrevistadas. Este procedimento prevê dois tipos de informações, recomendação de mudanças no vestuário usual da pessoa idosa (A.S.1; A.S.2; A.S.3; C.1) e comunicação da importância de a pessoa idosa integrar a instituição com o mesmo vestuário que utiliza em casa, no qual é defendido pela maioria das entrevistadas como importante por uma questão de identificação e de bem-estar da pessoa idosa (A.S.1; A.S.4; A.S.3). No caso do primeiro agrupamento, as informações dadas diferenciam-se entre si, sendo estas: recomendação de vestuário que não deve ser levado para a ERPI seja por não cumprir com as regras institucionais da ERPI seja por poder-se estragar nos tratamentos de lavanderia (A.S.1; A.S.3; C.1).; pedidos de vestuário prático (A.S.2; A.S.3) sendo que o caso da A.S.3 apenas menciona esta questão face a casos de reabilitação; e elaboração de uma checklist que pode conter pedidos de vestuário diferentes do que a pessoa idosa está habituada a utilizar (A.S.3).

“É assim vou ser muito sincera nós gostamos de vestuário prático, nós pedimos à família um vestuário prático. (...) Pedimos que tragam aquelas calças mais leggin mas não é aquela leggin bem justa é aquela calça de malha ou então para os senhores pedimos que tragam fato de treino (...)” (A.S.2)

“(...) assim o que nós dizemos é que a pessoa vai entrar para instituição deve vir exatamente com o mesmo vestuário que utiliza em casa, por uma questão de identificação (...)” (A.S.4)

A consideração das preferências da pessoa idosa por parte das profissionais da ERPI é o terceiro procedimento mais mencionado pelas entrevistadas (A.S.1.; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1), referenciando não só um diálogo acerca das preferências do vestuário bem como dos hábitos de vestir da pessoa idosa. Duas entrevistadas mencionam que após aquisição desta informação, a mesma é transmitida para as ajudantes de ação direta. A recolha das preferências da pessoa idosa é importante, pois, através do seu respeito a comunicação entre os profissionais da ERPI e os residentes é melhorada (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social., - CID, 2005).

“Daí a importância de passar informação de como é que a pessoa era, ou trazer fotografias. Há o cuidado de quando alguém diz "quero cortar o cabelo" pensar "Como é que ela gostava de usar o cabelo" "qual era o tom que ela gostava de usar." (A.S.1)

O último procedimento mencionado é a distribuição de roupas da instituição, causado pela carência económica (A.S.1; A.S.2; A.A.D.2) e pela pandemia COVID-19 (A.S.4). Segundo, Goffman (1961) a distribuição da roupa da instituição pode ignorar a autoidentificação do indivíduo, porém uma entrevistada, afirma que sempre que possível tentam ter em consideração as preferências da pessoa idosa.

“(...) há muitas pessoas que dão a indicação " olhe ok pode usar a roupa da instituição, mas só roupa preta ou roupa menos colorida" e nós tentamos sempre respeitar essas indicações familiares.” (A.S.4)

“(...) A instituição também tem roupa, que às vezes fornecem. As pessoas quando morrem em casa, os familiares por vezes fornecem vestuário para a instituição para aqueles que têm menos roupinha, ou mesmo pessoas que morrem cá depois as famílias não querem levar a roupa e vão doando àqueles que têm menos.” (A.A.D.2)

Nos procedimentos de admissão e acolhimento é destacado pela maioria da entrevistadas, o envolvimento da família (A.S.1; A.S.2; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; C.1), sendo que, “as informações dadas pelos profissionais da ERPI” é o procedimento com uma maior participação dos familiares, e a “distribuição da roupa da instituição” é o procedimento com menor participação dos familiares (Anexo L). Relativamente à distribuição de roupa da instituição, existe um fraco envolvimento das famílias porque muitos das pessoas que necessitam deste vestuário advém de vagas cativas⁷, no

⁷É prevista a possibilidade, de uma conversão de vagas que sejam efetuadas por indicação dos serviços competentes da segurança social nas Estruturas Residenciais para Idosos (vagas reservadas) (Instituto da Segurança Social, 2019).

qual a pessoa idosa normalmente é dependente e não possui família, especificamente uma assistente social afirma que nestes casos é muito difícil compreender quais as preferências de vestuário da pessoa idosa.

“(...) são pessoas que habitualmente vêm da segurança social das vagas cativas, desculpe o termo, um bocadinho abandonadas, porque não têm famílias. Chegam um bocadinho ao pé de nós sem nós sabermos muito bem, o que é que a pessoa gostava, o que é a pessoa vestia antes, e aí infelizmente ou a pessoa tem a capacidade de nos dizer o que gostava de vestir, ou como a Joana há de perceber normalmente quem vêm nesta situação dificilmente está bem, portanto aqui é mesmo um bocadinho ir vendo a estrutura, ou seja, como a pessoa é e ver dentro do nosso "enxoval" do que vai ficando o que é que se adapta àquela pessoa.” (A.S.1)

A partir da percepção das entrevistadas compreende-se, que o vestuário a ser trazido para a ERPI é uma preocupação dos familiares, existindo algumas dúvidas se deve ser levado vestuário prático (A.S.1; A.S.4) ou vestuário novo para a residência institucional (A.S.4). Deste modo, nem sempre os familiares estão conscientes da importância do vestuário para identidade e biografia da pessoa idosa, sendo importante que as informações dadas aos familiares sensibilizem a família para estas questões (Buse & Twigg, 2016).

“(...) quando as pessoas vêm, vêm debilitadas e os familiares sabem que se o idoso não tiver uma roupa prática é complicado irem com eles à casa de banho, então a maioria deles já vêm com roupas práticas.” (A.S.2)

O envolvimento dos familiares no processo de admissão e acolhimento, verifica-se muitas vezes em situações em que a pessoa idosa é debilitada (A.S.1; A.S.2; A.S.4; C.1). Na perspetiva de algumas entrevistadas (A.S.2; A.S.4; C.1) é a família quem decide qual o vestuário que a pessoa idosa debilitada leva para a ERPI, podendo esta escolher vestuário prático (A.S.2; A.S.4) ou vestuário que a pessoa idosa costuma utilizar no seu domicílio, sendo a última uma suposição de uma entrevistada.

“(...) as pessoas acamadas que já não se expressam em relação às roupas, os familiares é que trazem o que é habitual utilizarem, muitas vezes é camisas, robes, roupas mais práticas, mas os lúcidos trazem as suas roupas pessoais que são os pertences deles.” (C.1)

Ainda assim, é identificado um pequeno envolvimento da pessoa idosa no processo de admissão e acolhimento (A.S.1; A.S.3; A.A.D.1; C.1.), nomeadamente no procedimento “consideração das preferências da pessoa idosa por parte das profissionais da ERPI” (A.S.1; A.S.3). Além do mais, duas entrevistadas supõem que no caso das pessoas lúcidas, elas provavelmente é que escolhem que vestuário trazer para a ERPI.

“No ato de admissão costumamos perguntar como é que se costuma vestir, se veste sozinho, qual é o tipo de roupa que quer (...)” (A.S.3)

2.2. Processo de vestir

A segunda dimensão “O processo de vestir nos cuidados quotidianos à pessoa idosa” apresenta não só os procedimentos adotados como também a consideração do direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa. no processo de vestir.

O processo de vestir contempla um conjunto de decisões e ações físicas, fluídas e individualmente distintas, envolvendo duas materialidades muito diferentes, o corpo e o vestuário (Hayman, 2009), por isso, são integrados dois procedimentos, no processo de vestir, o processo de decisão de escolha do vestuário e o ato físico do vestir, que são condicionados pelo estado de saúde da pessoa idosa. A partir do discurso das participantes elaborou-se uma distinção conceptual entre três tipos de pessoas idosas, independentes, semidependentes e dependentes (Anexo M).

Neste contexto as pessoas idosas independentes possuem liberdade total para escolher o seu vestuário (A.S.1; A.S.2; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; A.A.D.2; C.2) e duas entrevistadas (A.S.1; A.S.2) salientam que o mesmo ocorre no ato físico do vestir no qual estas possuem liberdade total para vestirem-se a si próprias. Mesmo assim, existem duas entrevistadas que dão a entender casos excepcionais em que a decisão da pessoa idosa independente pode ser limitada, usando expressões como, “(...) *peessoas autónomas normalmente é que escolhem a roupa que querem usar diariamente (...)*” (A.S.4); “*Por norma eu tento que a pessoa escolha a roupa e ajudo-a, normalmente não entramos em conflito nem nada, até deixo mais ou menos fazer o que ela pretende normalmente se ela for independente (...)*” (A.A.D.1).

Quanto às pessoas semidependentes, estes são normalmente pessoas idosas dependentes fisicamente, mas que estão cognitivamente bem ou que, pelo menos, têm a capacidade de expressar a sua opinião relativamente ao vestuário que querem usar. A participação da pessoa idosa semidependente no processo de vestir é limitada (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.D.2; C.2) por esta necessitar de algum apoio nas escolhas de vestuário, e no ato físico do vestir.

“Os semidependentes há o cuidado se ainda estiverem cognitivamente bem porque a dependência pode ser física, de lhes perguntar o que querem vestir.” (A.S.1)

“Quando a pessoa pode, ela é que tem de decidir o que é que tem de vestir e ninguém vai contra isso.” (C.2)

As pessoas idosas dependentes são pessoas com falta ou perda de autonomia cognitiva, podendo sofrer de dependências físicas. Por unanimidade, as entrevistadas consideram que a pessoa idosa não possui capacidade para exercer o seu direito de escolha e para vestir-se a si própria.

“(...) E temos os casos dos dependentes que temos de ser nós a escolher-lhe a roupa.” (A.A.D.1)

“As pessoas dependentes são as colaboradoras de ação direta, que escolhem o que a pessoa vai vestir nesse dia,” (A.S.4)

No processo de vestir é reconhecido por unanimidade o envolvimento dos/das ajudantes de ação direta e das famílias, tal como retratado no quadro teórico por Buse & Twigg (2018). No caso das ajudantes de ação direta, o seu envolvimento junto da pessoa idosa independente é mínimo, existindo apenas uma entrevistada que refere existir esse envolvimento em situações em que a pessoa idosa pede opinião acerca das suas escolhas de vestuário.

“Os autónomos são os próprios a vestir-se, nós aí quase que nem nos metemos, a não ser que nos peçam alguma opinião.” (A.S.1)

Nas pessoas idosas semidependentes o envolvimento das ajudantes de ação direta é superior comparativamente com o das pessoas idosas independentes. No processo de decisão de escolha do vestuário, o seu envolvimento pode partir da adoção de estratégias que facilitem a garantia do direito liberdade de escolha: o questionamento à pessoa idosa sobre o que ela quer vestir (A.S.1; A.S.4; A.A.D2); a apresentação do vestuário quando a pessoa idosa não se consegue deslocar ao roupeiro (A.S.3; A.A.D.2); colocação da pessoa idosa ao pé do roupeiro, para ela própria escolher que vestuário utilizar (A.S.1); e alteração do vestuário se a pessoa disser que não gosta (A.S.1). No ato físico do vestir, as ajudantes de ação direta, são quem vestem a pessoa idosa, no entanto duas entrevistadas (A.S.1; C.2) referem que as cuidadoras formais tentam que as pessoas idosas prestem pequenos contributos, através da tentativa de vestir uma certa peça de vestuário.

“(...) As pequenas coisas que não tenhamos que ajudar e que eles consigam para além de lhes dar alguma autonomia, que é sempre importante, também lhes dá a sensação ou reconhecimento que ainda são úteis e que ainda conseguem fazer alguma coisa. Se calhar até conseguem pôr umas calças porque é só enfiar, mas já uma camisola é mais trabalhosa. ou se calhar já não conseguem fazer o movimento para baixo para conseguir pôr as calças. portanto aqui trabalhamos muito, as pequenas coisas e fazemos com que a pessoa se sinta feliz para não se sentir tanto inútil ou que sinta que fazem tudo por ela.” (A.S.1)

“apresenta-se o que está no roupeiro e ela diz o que quer vestir.” (A.S.3)

Em relação às pessoas idosas dependentes, o envolvimento das ajudantes de ação direta é ainda mais elevado do que ao das pessoas semidependentes. No processo de decisão de escolha de vestuário, algumas entrevistadas mencionam que adotam como estratégia, vestir a pessoa idosa com o vestuário usual que utilizava antes de ingressar na ERPI (A.S.1; A.A.D.1; C.2). No ato físico do vestir é compreendido que as ajudantes de ação direta é que vestem a pessoa idosa.

“Infelizmente a realidade que temos em Portugal são idosos cada vez mais idosos, e infelizmente com mais dependências, por tanto isto vai limitar na questão da pessoa escolher a sua própria roupa, porque esta não vai ter capacidade para tal. Daí a importância de passar informação de como é que a pessoa era, ou trazer fotografias. Há o cuidado de quando alguém diz "quero cortar o cabelo" pensar “Como é que ela gostava de usar o cabelo” “qual era o tom que ela gostava de usar (...)” (A.S.1.)

Ainda na análise do envolvimento das ajudantes de ação direta no processo de vestir, é perceptível a existência de uma relação entre a pessoa idosa e a ajudante de ação direta no processo de vestir, nalguns casos identifica-se a existências de tensões (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; C.1; C.2); noutros reconhece-se simultaneamente a existência de uma boa relação (A.S.1; A.S.4) ou a inexistência de tensões (C.2) (Anexo N). A tomada de decisão do vestuário pela pessoa idosa é a tensão que exerce maior destaque no discurso das entrevistadas, resultante do facto de a pessoa idosa não querer vestir o vestuário que lhe foi colocado (A.S.3; A.S.4. A.A.D.1. C.1; C.2). A tensão central pode ter como origem, a pessoa idosa não se lembrar que aquele vestuário é dela (A.S.1; C.2), as pressões temporais do trabalho dos/das cuidadores formais (A.S.1; C.2) e o vestuário estar estragado (A.S.3; A.A.D.1) ou não pertencer à pessoa idosa (A.S.4). Como tensão secundária existe a utilização de um tom de voz mais alto por parte das ajudantes de ação direta (A.A.D.1) que causa desconforto na pessoa idosa.

“(...) Por vezes ficam agressivas, eles parecem que fazem birra, embirram que não querem aquela roupa e embirram e não vestem. Às vezes até temos de ir buscar outra roupa. Às vezes querem usar vestuário que está roto ou tem alguma mancha e nós não queremos vestir, nesses casos tenta-se ir buscar outra ou tenta-se dizer que a outra é que é melhor, pronto ali tem um bocadinho de um pouco jogo de cintura.” (A.A.D.1)

Independentemente das tensões existentes no processo de vestir, é detetado duas práticas que tendem evitar as tensões mencionadas anteriormente. A prática assente num diálogo positivo com a pessoa idosa, concerne uma comunicação definida a partir de elogios (A.S.1; A.S.3) como também sensível a assuntos delicados acerca do vestuário da pessoa idosa (ex: falar com a pessoa acerca das suas calças estarem sujas de chichi). A prática assente na calma e paciência (C.2; A.D.1.), que ocorre quando as preferências da pessoa idosa não são claras existindo a tentativa de um equilíbrio entre a manutenção de identidade e a realização dos cuidados de forma calma e sem sofrimento (Campbell et al., 2015).

“(...) tem de se ter bastante paciência e tem que se ter capacidade para conseguir falar com aquela pessoa. Tem que ser tudo com muita calma.” (A.A.D.1)

“(...) é muito importante essa conversa do auxiliar para com o residente, aí é o tempo certo de se estabelecer o entendimento entre o auxiliar e o nosso idoso.” (C.2)

Apesar de tudo, a prática mais abordada é a prática da manipulação do vestuário aplicada maioritariamente quando a pessoa idosa é dependente fisicamente, um conjunto de alterações

feitas no vestuário: introdução de peças de vestuário que sejam mais maleáveis, mantendo algumas peças do vestuário usual da pessoa idosa (A.A.D.1; A.A.D.2.); Substituição de saias por calças (C.2; A.A.D.1); Utilização de camisas de dormir ou pijamas em casos de pessoa idosas acamadas (A.S.1; A.S.2; A.S.4). e no caso do levante para o cadeirão (A.S.4); introdução de vestuário mais prático sempre que a pessoa não é lúcida nem possui capacidade para ir à casa de banho (A.S.2); Modificações no vestuário da pessoa idosa para que esta possa continuar a utilizar o seu vestuário usual (A.S.1; C.2) (ajuste das calças para que estas assegurassem a algália); mudanças a nível do calçado para prevenir quedas (A.S.3; C.2). As mudanças são aplicadas, seja para melhorar o bem-estar da pessoa idosa (A.S.1; A.S.3; A.A.D.2; A.A.D.1; C.2) como para facilitar o trabalho às ajudantes de ação direta (A.S.2; A.A.D.1; A.A.D.2).

“Há aqueles que querem a sua roupa normal, mas depois temos que adequar a roupinha por exemplo uma blusa, umas calças ou umas que sejam mais maleáveis. (...). Por exemplo aqueles que estão todos os dias sentados em cadeiras de rodas, uma roupinha mais maleável para eles se sentirem mais confortáveis (...).” (A.A.D.2)

“As pessoas dependentes que não fazem o levante normalmente o vestuário passa muito pela parte do pijama ou da camisa de noite. As que fazem levante para o cadeirão, também passa só por esse vestuário.” (A.S.4)

Quanto à família é identificado o seu envolvimento no processo de decisão de vestuário da pessoa idosa, muitas vezes junto da pessoa idosa dependente. O seu envolvimento relaciona-se com o envolvimento das ajudantes de ação direta (Anexo M), por um lado os familiares transmitem orientações referentes às escolhas de vestuário (A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; A.A.A.D.2) e elaboram conjuntos de vestuário que deixam no roupeiro (A.S.1), determinando o que as ajudantes de ação direta irão vestir à pessoa idosa por outro, as ajudantes de ação direta interagem com as famílias ao pedir a estes autorização para fazer alterações no vestuário da pessoa idosa (A.S.2; C.2), (ex: subsistir botões ou fechos por velcro).

“(...) havia o cuidado de algumas famílias, isto antes da pandemia, de fazer conjuntos, ou seja deixava no armário aquela camisola conjugada com aquela saia, portanto deixavam os conjuntos todos nos armários.” (A.S.1)

“Um acamado(a) nós pedimos camisas de dormir porque nós temos uma coisa que fazemos aqui, pedimos à família se as pudemos abrir nas costas.” (A.S.2)

O estado de saúde não é o único elemento que influencia o envolvimento da pessoa idosa no processo de vestir, apesar de ser o mais mencionado. Como limitações secundárias existe a restrição das escolhas de vestuário disponíveis para a pessoa idosa (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.A.D.2; C.1; C.2), que é persuadido por um conjunto de fatores materiais, financeiros e culturais (Hayman, 2009). A restrição das escolhas da pessoa idosa, pode advir principalmente de problemas da lavandaria institucional, no qual o desaparecimento ou distribuição errada do

vestuário por exemplo podem limitar aquilo que a pessoa idosa pode escolher do seu guarda-roupa. Como fatores secundários, identifica-se, os problemas económicos onde é necessária uma distribuição do vestuário da instituição e a escassez de vestuário trazido pelas famílias no qual acaba sendo necessário pedir mais vestuário às próprias (Anexo O).

“A instituição também tem roupa, que às vezes fornecem, pessoas que tão em casa e morrem e depois eles fornecem roupa e vão doando para cá àqueles que tem menos roupinha (...)” (A.A.D.2)

“Há aqui também o cuidado de pedir mais roupa quando a roupa não chega, porque infelizmente às vezes a família não tem a noção que o tempo de ir à lavandaria e voltar para o quarto não é o mesmo das nossas casas e as pessoas molham-se e sujam as fraldas passando para roupa. Portanto depois normalmente é pedido traga mais X calças, traga mais X saias, o que quer que faça falta para termos roupa suficiente.” (A.S.1)

Continuamente apresenta-se as burocracias institucionais referentes ao vestuário da pessoa idosa, porque nem sempre o vestuário que a pessoa idosa quer utilizar está em conformidade com as regras da ERPI (A.S.1; A.S.3; A.S.4; AAD1; C.2), seja pelas estruturas residenciais não permitirem o uso de pijama/roupa de noite fora do quarto de dormir (A.S.1; A.S.4), seja por desaconselharem a utilização de batas (A.S.3) ou a utilização de vestuário sujo ou roto (A.A.D.1; C.2). Buse & Twigg (2018) identificam um dilema nestas questões, afirmando que se a pessoa idosa for vestida com vestuário sujo/estragado, isto é visto como uma má prática de cuidados, se a pessoa for forçada a utilizar um certo tipo de vestuário, isto é visto como um desrespeito aos direitos da pessoa idosa.

“É óbvio se me disserem “aquela senhora anda com uma bata e gosta de andar com a mesma bata todos os dias, durante a semana inteira”, nós tentamos evitar isso, porque às vezes são pessoas vindas do interior que têm esses hábitos e pelo menos a bata nós não gostamos que a pessoa utilize. Portanto nós pedimos para a pessoa largar a bata, e utilizar só a roupinha deles normal, mas mantendo a roupa.” (A.S.3)

“(...) onde não há exposição continuam com os pijamas ou com as camisas de noite. Sempre que há exposição tentamos que a pessoa vista então o vestuário que traz normalmente.” (A.S.4)

Como última limitação define-se o fator tempo, que pode limitar a possibilidade de a pessoa escolher o seu vestuário, visto que, o processo de vestir pode ser compreendido como algo a ser realizado o mais rapidamente possível (A.S.1; A.S.3; A.S.4; C.2), acabando por ser as cuidadoras formais a tomar a decisão pela pessoa idosa (A.S3; A.S.4; C.2).

“(...) às vezes é um bocadinho frustrante para nós a falta de tempo, porque nós devíamos ter tempo para fazer esse acompanhamento, para seguirmos os passos certos, para não desvalorizar a pessoa para a pessoa não se sentir assim, “ah ela é que tá a escolher por mim” (...) porque dar-lhes a escolher o vestuário, nós estamos a dar-lhe muita importância.” (C.2)

2.3. Tratamento de lavanderia na Estrutura Residencial Para Idosos

A terceira dimensão de análise, “Tratamento do vestuário da pessoa idosa institucionalizada” define os procedimentos de lavanderia institucional e as tensões criadas pela lavanderia institucional.

As tensões originadas no tratamento de lavanderia institucional foram os aspetos mais abordados pelas entrevistadas acerca da lavanderia institucional. A distribuição errada do vestuário (A.S.1; A.S.2; A.S.3; A.S.4.; A.A.D.2; C.1; C.2) e o desaparecimento do vestuário (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; A.A.D.2; C.1) são as tensões principais identificadas no tratamento de lavanderia em ambiente residencial. O vestuário danificado (A.S.1; A.S.3; A.S.4.; A.A.D.2; C.1), a demora da entrega do vestuário (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; C.1) e a preocupação pela frequência com que o vestuário é lavado na lavanderia institucional, (C.2) são tensões menos referenciadas pelas entrevistadas sendo que as últimas duas não estão identificadas no enquadramento teórico (Anexo P).

“(...) E depois eles falam muito naquela peça que desapareceu, mas aquela peça foi a minha filha que me deu naquela época.” (A.S.4)

“É assim a roupa dos utentes é marcada, depois disso vai para a lavanderia e às vezes baralham-se. Às vezes o António anda com a roupa do Manel, o Manel anda com a roupa do António (...).” (A.S.2)

Sobre os procedimentos que envolvem o tratamento de lavanderia, no processo de admissão e acolhimento, o “registo do vestuário da pessoa idosa” e as “informações dadas sobre vestuário que não deve ser levado para ERPI” são procedimentos que segundo o ISS (2011) tentam prevenir problemas com o vestuário da pessoa idosa na lavanderia institucional.

“Na fase de admissão, são dados a conhecer algumas informações relativamente ao funcionamento da lavanderia, e é dado a conhecer que a roupa do utente deve vir toda identificada (...)” (A.S.3)

Após o processo de admissão e acolhimento, podem ser definidos um conjunto de cuidados personalizados adotados pelos profissionais de lavanderia institucional para prevenir problemas com a lavanderia. Nestes cuidados os profissionais tentam ter um maior zelo no tratamento de peças mais delicadas (A.S.1; A.S.3) e na separação de peças de maior sujidade, de peças de menor sujidade (A.S.1; A.S.3; A.S.4). Do mesmo modo, como procedimentos externos às estruturas residenciais, o tratamento do vestuário da pessoa idosa pode ser cuidado pelos familiares (A.S.2; C.1), pela lavanderia profissional (A.S.1), e pelo próprio idoso (A.S.1). A lavagem do vestuário pelo próprio idoso é semelhante ao que ocorre em alguns lares na Noruega e na Suécia, permitindo a redução de tensões entre a pessoa idosa/familiares e os profissionais da ERPI (Armstrong & Day, 2020).

“(..).Ainda temos outro cuidado que acho que poucas instituições o têm, pelo menos da minha experiência, (...) Enquanto que a roupa dos mais dependentes, semidependentes vai diariamente para a lavandaria para não estar no quarto, a dos mais autónomos fica num saco dentro do quarto e num dia específico é recolhida e é lavada numa máquina caseira como se fosse a da nossa casa, e é tratada individualmente.” (A.S.1)

“(...) isto porque nós temos 45 idosos e a roupa vai toda junta para a lavandaria exceto alguma peça mais delicada ou uma peça com outro tipo de sujidades que não é misturada caso contrário a roupa dos utentes é lavada toda junta .(...)” (A.S.3)

2.4.Efeitos do vestuário no bem-estar da pessoa idosa institucionalizada

A dimensão “Efeitos do vestuário no bem-estar da pessoa idosa institucionalizada” descreve qual a relação entre o vestuário e o bem-estar da pessoa idosa na perspetiva das assistentes sociais e das ajudantes de ação direta/coordenadoras.

Quando questionadas acerca da importância do vestuário no bem-estar da pessoa idosa residente, as profissionais referiram o vestuário como um elemento importante para o bem-estar da pessoa idosa, sendo classificado, de uma escala de 1 a 5, com o valor 5 por 7 das entrevistadas (A.S.1; A.S.2; A.S.4; A.A.D.1; A.A.D.2; C.1; C.2) e com o valor 4 por 1 entrevistada, porém, as razões desta classificação divergem entre si. As entrevistadas para justificar a pontuação dada, reconhecem o vestuário como importante para o conforto (A.S.2; A.S.3; A.A.D.2; A.A.D.1; C.1), expressão de identidade (A.S.1; A.A.D.1; C.2), autoestima (A.S.3; A.A.D.1; C.1) e para a preservação das memórias da pessoa idosa (A.S.4; C.1).

“Para mim é o 5, porque é o conforto, a autoestima da pessoa e a personalidade da pessoa que identifica a pessoa da maneira como se veste.” (A.A.D.1)

“Eu atribuo 4, acho que realmente é mesmo muito importante, não só pelo conforto, mas também pelas implicações na sua autoestima.” (A.S.3)

Na análise da relação entre o vestuário e o bem-estar da pessoa idosa é importante analisar o discurso total das entrevistadas que permite obter informações mais pormenorizadas acerca dos efeitos do vestuário na pessoa idosa. Por unanimidade o conforto é identificado como um efeito importante do vestuário, porém não é abordado num sentido universal, 1 entrevistada (A.S.1) considera o vestuário confortável aquele que está de acordo com os gostos da pessoa idosa, e 6 entrevistadas (A.S.2; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; A.A.D.2; C.2) consideram o vestuário confortável, o vestuário mais prático.

“Eu noto que eles gostam muito de estar confortáveis, como nós às vezes quando chegamos a casa e vestimos aquele fato de treino ou gostamos de estar quentinhos. Eu noto que eles gostam muito de

usar aquelas camisolas polares tipo da decatlon, dado que são quentinhas, confortáveis e não pesam.” (A.S.3)

Do mesmo modo é compreendido uma maior referência de outros efeitos do vestuário para o bem-estar da pessoa idosa como, a autoestima (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; A.A.D.2; C.1; C.2), que é justificada pelo facto de algumas pessoas idosas serem vaidosas, especialmente em dias especiais (dia de festa na ERPI) (A.S.4; A.A.A.2; C.2; C.1) e por gostarem de receber elogios (A.S.1). Em particular a autoestima é importante para a pessoa idosa por ser uma necessidade emocional básica sua (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social., & CID, 2005). A expressão de identidade (A.S.1; A.S.2; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; C.1; C2) que é explicada pelo facto de o vestuário permitir que a pessoa idosa se reconheça a si própria (A.S.1; A.S.3; A.S.4; C.2), havendo mesmo uma entrevistada que reconhece ser difícil introduzir vestuário que seja diferente daquele que a pessoa idosa está habituada a utilizar. E a preservação de memórias (A.S.1; A.S.3; A.S.4; A.A.D.1; C.1) que é fundamentada pelo facto de ser dos poucos bens que a pessoa idosa traz para a instituição, ou seja, o vestuário simboliza as memórias do passado da pessoa antes de ingressar na instituição (A.S.4; C.1), especificamente duas entrevistadas afirmam que as pessoas idosas gostam de se vestir conforme se vestiam nas suas antigas profissões (A.S.1; A.A.D.1).

“(..)eles valorizam os seus pertences e a sua roupa, porque os associam às memórias passadas.” (C.1)

“Na hora de escolher a roupa é que mostramos o respeito que eles merecem. A roupa é a personalidade da pessoa. Se nós deixarmos a pessoa vestir-se, ela fica orgulhosa e com autoestima.” (C.2).

Apesar da elevada classificação dada à importância do vestuário para a pessoa idosa, as entrevistadas referem que nem sempre o vestuário é muito considerado pela pessoa idosa debilitada, sendo que duas entrevistadas (A.S.3; A.S.4) referem que é indiferente para as pessoas idosas dependentes que tipo de vestuário lhes é vestido, e uma refere (A.A.D.1) que as pessoas idosas semidependentes pedem aos profissionais para selecionarem o vestuário por si. Além de tudo, 4 entrevistadas mencionam que as pessoas idosas dependentes não fazem comentários relativamente às questões de vestuário (A.S.1; A.S.2 A.A.D.2; C.1).

“Eu quando falo de pessoas dependentes, falo das pessoas com demência que já nem têm capacidade de dizer o que é querer vestir ou nem sequer têm capacidade de dizer o que é querer comer ou outras coisas mais essenciais numa rotina de ERPI. Portanto para essas pessoas é exatamente indiferente aquilo que vestem ou não porque não tem noção nem consciência do seu estado (...)” (A,S,4)

2.5.O vestuário no processo de admissão e fase de adaptação à instituição

A dimensão “processo de admissão e fase de adaptação à instituição” estabelece quais os procedimentos no processo de admissão e fase de adaptação pelo qual os assistentes sociais são responsáveis.

O procedimento “momentos de diálogo entre a assistente social e os familiares/pessoa idosa sobre o vestuário” é o mais mencionado por todas as assistentes sociais, realizando-se geralmente com os familiares. Como foi partilhado as funções do assistente social podem consistir em adquirir informação acerca das preferências da pessoa idosa, dar informações sobre o que a pessoa idosa deve trazer para a instituição, e esclarecer dúvidas sobre o vestuário da pessoa idosa em ambiente residencial (Anexo Q).

“(...) a assistente social fala com a família que lhe dá algumas dicas, como é que a senhora se gosta de vestir e de se apresentar.” (A.A.D.1).

“Habitualmente eu peço à família que não se preocupe em trazer coisas novas e diferentes, a ideia é que as pessoas consigam manter a mesma roupa porque a vinda para uma instituição só por si já é uma mudança muito grande se vamos também estar a trocar a roupa ou comprar roupa nova, eles não se vão identificar com nada. É importante ter este sentimento ou sentido de identificação com as suas próprias coisas(....)” (A.S.3)

O plano de intervenção individual foi outro procedimento mencionado pelas assistentes sociais como uma das suas funções na estrutura residencial, contudo nem todas as entrevistadas consideram o vestuário, existindo uma multiplicidade de perceções: a A.S.1 afirma valorizar o vestuário como uma dimensão legítima não havendo uma sobrevalorização de dimensões no plano de intervenção, sendo considerados aspetos como as preferências do vestuário da pessoa idosa bem como problemas que possam existir no tratamento de lavandaria de uma determinada pessoa; por sua vez, a A.S.4 afirma que a consideração desta dimensão é mínima no plano de intervenção, reconhecendo apenas aspetos como a higienização do vestuário e registo do vestuário, especificamente a entrevistada reconhece a necessidade da valorização do vestuário nas próximas revisões de planos individuais; por fim apesar das orientações do ISS (2011) para incorporação da imagem e tratamento de vestuário no plano individual, existem duas entrevistadas que não consideram o vestuário no plano de intervenção (A.S.2; A.S.3).

“(...) Nós consideramos todas porque todas são importantes desde o cuidado da saúde, à parte da roupa, à parte da alimentação, à parte do hábito do levantar e do deitar, tudo é importante para conseguirmos trabalhar com a pessoa. Portanto nós não descuidamos, não damos mais importância a uma coisa do que a outra.” (A.S.1).

“(...) nós não temos nada definido no nosso plano individual a esse respeito. Temos sobre a higiene, a higiene oral, higiene genital, sobre o banho, sobre higiene parciais, a importância de manter as unhas limpas, mas realmente sobre o vestuário, não.” (A.S.3).

Através da percepção de duas entrevistadas (A.S.2; A.S.4), é possível compreender uma valorização de certas dimensões no plano de intervenção, sendo as mais mencionadas a higiene e a alimentação e, com expressão menor, a manutenção de rotinas, saúde, religião e preferências e gostos da pessoa idosa sobre atividades lúdicas.

“(...) Aspetos valorizados temos muito a questão da alimentação que é muito valorizado, temos a questão das rotinas o que era feito lá fora e o que pode ser feito aqui dentro de modo a que não haja aqui um corte muito radical. A questão dos gostos e das preferências, aquilo que as pessoas gostam de fazer, isso também é valorizado. A própria questão das higiènes.” (A.S.4)

A avaliação social não é um procedimento considerado pelas assistentes sociais, inclusive uma entrevistada (A.S.3) menciona a necessidade de dar maior ênfase ao vestuário na etapa do diagnóstico. Tomando em consideração a ficha de avaliação diagnóstica da segurança social, os profissionais devem obter informações acerca do vestuário, não só das preferências do vestuário como também informações acerca do processo de vestir, questões de lavanderia e cuidados com o vestuário (ISS, 2011).

“Aquelas questões iniciais do diagnóstico que fazemos com a família se calhar podemos integrar algumas questões do vestuário e o que é que a pessoa usava.” (A.S.3)

Por último não é compreendido se os assistentes sociais transmitem informações à pessoa idosa acerca dos seus direitos de autonomia e autodeterminação referentes ao vestuário. Em todo o caso, o Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social., & CID (2005), definem que no protocolo de admissão deve constar o esclarecimento dos direitos e deveres da pessoa idosa, devendo considerar-se aqui incluído o direito a decidir sobre o vestuário.

2.6. O vestuário na avaliação da satisfação do residente

A dimensão “O vestuário na avaliação da satisfação do residente” compreende se a dimensão vestuário é considerada como um elemento de avaliação da satisfação da pessoa idosa com os cuidados em ERPI.

A avaliação da satisfação do residente é descrita pela maioria das entrevistadas como um procedimento individual e anual, no entanto uma assistente social esclarece que desde 2018 que não realizam este tipo de avaliações, porque as obras na instituição e a pandemia Covid-19 impossibilitaram a aplicação deste procedimento. Noutro caso, uma assistente social afirma não realizar estas avaliações, fazendo o só por observação, osculação e receção de queixas informais. Das entrevistadas que afirmam realizar avaliações formais nenhuma menciona a realização de uma avaliação na fase de adaptação, apesar de ser compreendido pelo ISS (2011) a necessidade dessa avaliação face a dimensões como cuidados de imagem e tratamento de roupa.

“ Habitualmente não temos uma escala, é mais por observação, oscutlação e pela satisfação deles (...)” (A.S.3)

“Constitui, pelo menos uma vez por ano costumamos fazer essa avaliação junto dos idosos.” (A.S.4)

Nas avaliações formais duas entrevistadas (A.S.1; A.S.4) afirmam incluir o vestuário como dimensão da avaliação de satisfação do residente, contudo é unânime a receção de avaliações informais por parte dos residentes acerca do vestuário, e alguns até afirmam receber por parte de familiares (A.S.2; A.S.3). Na perspetiva de duas entrevistadas (A.S.2; A.S.4) as avaliações formais não representam muito bem a realidade da instituição seja pelo medo de represálias, seja pela condição de saúde da pessoa idosa.

“(.) Era feita face várias áreas porque para nós era importante a parte da satisfação com a lavandaria, a parte da satisfação com a comida, porque normalmente nestas idades eles focam-se muito aqui.” (A.S.1)

“ (...) a comida é a menos cotada, mas lá está quando há estas avaliações como somos nós colaboradores a fazer, eles acham, bem não vou dizer que isto é mau que é para não haver aqui represálias e então nas avaliações está sempre tudo mais ou menos, bastante médio.” (A.S.4)

A maior insatisfação da pessoa idosa avaliada formalmente é a alimentação (A.S.1; A.S.2; A.S.4), porém é identificado por consenso que tantos nas avaliações formais como informais, a maior insatisfação da pessoa idosa referente ao vestuário é para com os problemas de lavandaria institucional, seguindo-se de queixas relativas ao processo de seleção de vestuário (A.S.3; C.1). Contrariamente a A.S.2 menciona não existir queixas formais relativamente ao vestuário.

“(...) Temos consciência que aqui podíamos melhorar, mas que também não sabemos bem como, porque lavar tanta roupa em conjunto e até em temperaturas que tem que ser exageradas para podermos ter aqui a questão da desinfeção e de não haver contágios, a roupa acaba por ser mais lavada e desgastar-se mais facilmente.” (A.S.1)

“(...) quando falam alguma coisa, é sobre a alimentação” (A.S.2)

2.7. Coordenação, apoio e supervisão dos/das colaboradores/cuidadores formais no seu trabalho com as pessoas idosas

A dimensão “Coordenação, apoio e supervisão dos/das colaboradores/cuidadores formais no seu trabalho com as pessoas idosas” explora os aspetos de interação entre o/a assistente social e os/as ajudantes de ação direta.

A concessão de orientações sobre o vestuário aos/às ajudantes de ação direta é o procedimento mais reconhecido pelas assistentes sociais como uma das suas funções nesta dimensão (A.S.2; A.S.3; A.S.4), todavia uma entrevistada (A.S.1) refere apenas dar orientações

em ocasiões muito particulares. Ainda assim, duas entrevistadas afirmam que as coordenadoras das ajudantes de ação direta podem também ser responsáveis pela orientação das cuidadoras formais (A.S.1; A.A.D.2).

“(...) Nesses casos a coordenadora ou passou/disse como é que a pessoa gosta de se vestir à sua equipa.” (A.S.1)

“(...) Estou sempre a avisar, “vocês têm que ver o número” nós temos um número, embora não diga que os utentes sejam um número, mas é muito mais fácil do que estar a pôr o nome do utente na roupa. Então eu digo “vocês têm que ver o número” e têm que ver a listagem e ver a quem é que pertence esse número, mas elas andam sempre a fazer as coisas à pressa e depois as pessoas ficam chateadas, aviso-as sim constantemente.” (A.S.2)

As orientações dadas aos/às cuidadores formais da ERPI realizam-se tanto no processo de admissão e acolhimento como no quotidiano na instituição. No processo de admissão e acolhimento é pedido aos/às ajudantes de ação direta que façam o registo do vestuário da pessoa idosa (A.A.D.2; C.1) e é lhes informado quais os gostos e hábitos de vestir da pessoa idosa (A.S.1; A.A.D.1).

“(...) nós rececionamos a pessoa, recebemos as roupas que ela traz e fazemos registo dessas roupas, fazemos uma marcação com o nome das pessoas para que as roupas não se percam ou pelo menos tentar que estas não se percam (...)” (C.1)

No quotidiano da instituição é pedido aos/às ajudantes de ação direta que: preservem o direito de escolha da pessoa idosa independente e semidependente (A.S.3; A.S.4; A.A.D.2; C.2); organizem da melhor forma o vestuário e tenham atenção à listagem dos números/nomes sempre que o vestuário vai e volta da lavandaria, (A.S.2; A.S.3 A.S.4); vistam a pessoa idosa dependente com um vestuário adequado à sua condição física (A.A.D.2); e troquem o vestuário da pessoa idosa quando este não está apresentável (ex: vestuário danificado) (A.S.1). As orientações dadas aos/às ajudantes de ação direta a respeito de como apoiar a escolha da pessoa idosa institucionalizada na prática do vestir, são cruciais para que os/as cuidadores formais compreendam o significado da aparência em termos de identidade, biografia e envolvimento sensorial, podendo assim prestar-se cuidados com maior qualidade (Buse & Twigg, 2018).

“(...) Normalmente temos esse cuidado de dizer às colaboradoras que a pessoa tem direito a escolher aquilo que quer vestir num determinado dia. Nem todos os dias nos apetece vestir uma determinada camisola, há dias que até nos sentimos bem com ela, outros dias que não. E esse direito deve-lhes ser dada, não deve ser esquecido (...)” (A.S.3)

“(...) são dadas as orientações que tem muito haver com o perguntar à pessoa o que quer vestir e com o registo que é feito, portanto sempre que são retiradas peças do idoso, e que seguem para a lavandaria isso é registado num registo individual, e isso tem que ser mais ou menos certinho. Imagine mandar o saco com duas peças e registarmos 4 não pode acontecer tem que haver aqui algum cuidado nisso. Também é tido em atenção quando há o retorno da roupa higienizada, são

dadas indicações para fazerem a confirmação, do que é que veio para procederem ao arrumo conveniente também das roupas nos quartos de cada idoso.” (A.S.4)

A avaliação dos cuidados junto de colaboradores é um procedimento mencionado por uma entrevistada, repartindo-se em dois subprocedimentos, avaliações semestrais multidisciplinares, nomeadamente para a revisão dos planos de intervenção, e reuniões mais restritas, organizadas pelos/as coordenadores de setores com os elementos da sua equipa. Entre os temas abordados nestas avaliações, o vestuário é identificado do ponto de vista da satisfação dos residentes com o processo de vestir ou com o tratamento de lavandaria e das preocupações que os próprios profissionais tenham referentes ao vestuário.

“(..) Por exemplo inclusive a coordenadora da lavandaria nestas reuniões também nos identifica que “olhe atenção que a pessoa X não está a mandar roupa para lavar, veja lá se não está a esconder no quarto”; “É preciso pedir mais roupa porque a roupa não chega.” (A.S.1)

2.8. Valorização do vestuário no quotidiano da pessoa idosa na instituição

A dimensão “Valorização do vestuário no quotidiano da pessoa idosa na instituição” compreende se as assistentes sociais consideram na sua prática profissional, o vestuário enquanto elemento de identidade e dimensão incluída no direito de decisão da pessoa idosa. Além do mais, também se entende se as necessidades e preocupações da pessoa idosa são consideradas na intervenção social.

As pessoas idosas nem sempre são consideradas como sujeitos ativos que tomam decisões relativamente ao seu vestuário, devido a fatores internos, como estado de saúde da pessoa idosa ou fatores externos como o tratamento de lavandaria institucional (Anexo R). No entanto, a orientação dada aos/às ajudantes de ação direta, é uma função do/da assistente social, no qual alguns profissionais tentam assegurar o direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa, seja através da sensibilização para a salvaguarda do direito de escolha da pessoa idosa como também na sensibilização dos/das cuidadores para a organização e registo de vestuário, o que conseqüentemente, pode evitar que alguns problemas de lavandaria limitem o vestuário disponível para seleção no seu guarda-roupa. Um dos procedimentos que permite a pessoa idosa ter um papel ativo nas decisões referentes ao seu vestuário é a avaliação de satisfação do residente, que permite implementar mudanças em ambiente residencial tendo em consideração a perspetiva da pessoa idosa (ISS, 2011), porém não é possível chegar a nenhuma conclusão neste estudo dada à escassa informação obtida a partir das entrevistas referentes a este procedimento.

“nós tentamos sempre apurar e tentar perceber o porquê de não terem vestido aquilo que a utente queria. Óbvio que às vezes a coordenadora tem razão ou porque as calças que eles queriam tinham o fecho estragado e não estavam apresentáveis, outras vezes podem não ter

respeitado o direito de escolha da pessoa e aí são alertadas as colaboradoras de que a pessoa tem capacidade de decisão e ela é que deve dizer o que é que quer vestir.” (A.S.3)

Do mesmo modo, a maioria das assistentes sociais reconhece o vestuário como um elemento de identidade da pessoa idosa, porém quando se analisa as funções das assistentes sociais, nem sempre é possível salvaguardar essa identidade. Nos momentos de diálogo no processo de admissão e acolhimento, algumas assistentes sociais tentam preservar a identidade da pessoa idosa, ao incentivar, maioritariamente a família, a levar para a instituição o vestuário que mais agrada a pessoa idosa e com que habitualmente se veste, mas também pela consideração das preferências da pessoa idosa (Anexo S). Mesmo assim nas informações dadas pelas assistentes sociais, nem sempre é pedido que tragam o vestuário usual da pessoa idosa. A mudança da pessoa idosa de um ambiente “normal” para uma residência institucional, pode afetar a sua identidade, se além do espaço físico ser mudado, o seu vestuário for alterado, a perda da identidade da pessoa idosa poderá se agravar (Buse & Twigg, 2016). Nas orientações dadas pelos/as assistentes sociais, existe uma tentativa em assegurar o direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa no processo de vestir, assim sendo, ao serem dadas estas orientações é preservado a identidade da pessoa idosa, visto que ao permitir que a pessoa idosa escolha o seu vestuário, está se afirmar a sua identidade (Buse & Twigg, 2018).

“Tenho famílias que às vezes perguntam "ah mas é melhor eu ir comprar roupa mais prática ", não é preciso comprar roupa prática porque o que nós queremos é que a pessoa continue a sentir-se bem como se sentia em casa, ou seja, se gosta de andar de saia, anda de saia, e se gosta de andar de calças, anda de calças, portanto vamos um bocadinho ajustando ao que a pessoa tinha antes.” (A.S.1)

Relativamente à consideração das necessidades e preocupações da pessoa idosa e dos seus familiares, alguns profissionais afirmam que nos momentos de diálogo no processo de admissão e acolhimento tentam não só esclarecer as dúvidas dos familiares sobre o vestuário que deve ser levado para a ERPI, como também, recomendar vestuário que seja mais resistente aos cuidados na lavandaria institucional. Por sua vez, nas orientações dadas por alguns/as assistentes sociais é tentado orientar os/as cuidadores formais, para uma maior atenção à organização e registo do vestuário e ao processo de seleção de vestuário, o que, por conseguinte, pode prevenir as tensões e as insatisfações da pessoa idosa/familiares para com o processo de vestir e tratamento de lavandaria institucional (Anexo T).

“(…) Sabendo destes problemas chamamos logo a responsável da lavandaria e ela vai logo com eles e normalmente aparece num armário trocado ou porque saiu a etiqueta e não se percebe de quem é, ou porque ficou num sítio que nós temos para roupa não identificada (…)” (A.S.1)

“ (...) O vestuário que deve ser levado para a ERPI é uma preocupação das famílias, assim o que nós dizemos é que a pessoa vai entrar para instituição deve vir exatamente com o mesmo vestuário o que utiliza em casa, por uma questão de identificação.” (A.S.4)

2.9. Valores e princípios do serviço social

As dimensões “O vestuário no quadro de valores orientadores da profissão” e “O vestuário no quadro de princípios orientadores da profissão”, consideram qual é a relação entre a base ética dos/das assistentes sociais e a dimensão do vestuário em ambiente residencial.

A pergunta referente a esta dimensão foi a questão que as entrevistadas sentiram maior dificuldade em responder, sendo as suas respostas muito curtas. A dignidade humana foi o valor mais mencionado diretamente pelas entrevistadas, ainda assim é compreendido na resposta da maioria das entrevistadas (A.S.1; A.S.3; A.S.4.) o valor da liberdade e o princípio dos direitos humanos como orientadores da sua prática, apesar não serem mencionadas as palavras “liberdade” nem “Direitos Humanos”.

“(...) Tem a ver com dignidade porque a própria instituição respeita a pessoa em questão. Se a pessoa se sente bem com determinado vestuário, isto dá-lhe aqui alguma dignidade, especialmente no contexto de instituição e da relação que é tida aqui com a pessoa dentro da instituição.” (A.S.4)

“(...) portanto se o utente quer vestir a camisola azul deve ter esse direito, devemos preservar a sua dignidade e a sua opção de escolha, e a sua autodeterminação obviamente. Portanto é assim eu acho muito importante o respeito por estes princípios.” (A.S.3)

Em resposta à questão referente a esta dimensão, é reconhecido pela maioria das assistentes sociais (A.S.1; A.S.3; A.S.4) uma relação entre os valores e princípio ético do serviço social e a identidade e o direito de autonomia e autodeterminação. No caso da identidade, é reconhecido que ao se preservar a identidade da pessoa idosa está-se a respeitar a base ética definida anteriormente, especificamente uma assistente social explica que “Ao vestir alguma roupa com qual as pessoas idosas não se identifiquem está-se a colocar em causa estes princípios, que para nós são muito importantes (...)” (A.S.3)

Relativamente ao direito de autonomia e autodeterminação, é percebido que apesar da existência de uma relação com a dignidade, liberdade e direitos humanos, o estado de saúde da pessoa idosa (A.S.1; A.S.2; A.S.3) e as regras institucionais (A.S.4) podem se sobrepor a essa relação. Os/As assistentes sociais efetivamente trabalham com as pessoas idosas para salvaguardar o direito destes de tomar decisões/escolhas sobre a sua vida, porém inevitavelmente, isto gera dilemas e conflitos éticos (Crawford & Walker, 2008). No caso de um dilema ético é necessário que os/as assistentes sociais se guiem por um conjunto de princípios, normas e regras, incluídos no Código Deontológicos dos Assistentes Sociais (APSS, 2018).

“Não sei o que queira que lhe responda muito sinceramente a isso, porque eu acho que devemos respeitar a essência, modo de ser, de estar e de vestir de cada um, mas quando vimos para estas instituições já vimos tão incapacitados que acabamos por ser orientados no vestir ou orientar outros no vestir.” (A.S.2)

Em último, não é possível relacionar a partir das respostas das entrevistadas os valores e princípios do serviço social e a consideração do vestuário na intervenção social em ambiente residencial. Apesar disso, na análise do discurso total das entrevistadas, é compreendido que os valores e princípio podem orientar as principais funções do/da assistente social sendo estas, “Momentos de diálogo entre a pessoa idosa/família acerca do vestuário” e “Orientações sobre o vestuário aos/às ajudantes de ação direta/cuidadores formais”, visto que existe nestas funções alguma tentativa em preservar a identidade e o direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa referente ao vestuário.

Conclusão

A presente investigação cumpriu o propósito de compreender, como é que o vestuário é considerado em ambiente de cuidados, realçando a sua relação com os direitos de autonomia e autodeterminação e expressão de identidade. Considerando os objetivos gerais e específicos de investigação é possível determinar as principais conclusões do estudo.

No primeiro objetivo específico “*Analisar a perceção do/da assistente social e dos/das cuidadores diretos em ERPI sobre a relação entre o vestuário e bem-estar da pessoa idosa*” a investigação compreende que tanto as assistentes sociais como as ajudantes de ação direta/coordenadoras reconhecem uma relação muito forte entre o vestuário e bem-estar da pessoa idosa, justificando a sua perspetiva pelos benefícios que o vestuário pode originar na pessoa, tais como o aumento conforto e autoestima, expressão de identidade e preservação de memórias. Apesar disso, é determinado que no caso de algumas dependências o vestuário não é assim tão importante para a pessoa idosa institucionalizada.

No segundo objetivo específico “*Perceber de que modo a dimensão vestuário integra procedimentos de atuação no quotidiano institucional, desde a fase de acolhimento*” os dados revelam que é a partir do processo de admissão e acolhimento que o vestuário é introduzido na instituição tendo mais tarde impacto no modo como o vestuário é considerado no processo de vestir e tratamento de lavandaria. Nesta fase são identificados como procedimentos, mais comuns as informações dadas pelos profissionais da ERPI e a consideração das preferências de vestuário da pessoa idosa, sendo identificado que ambas fazem parte das funções das assistentes sociais. Do mesmo modo, é reconhecido que as assistentes sociais também são responsáveis por dar algumas orientações aos ajudantes de ação de direta acerca de como atuar nesta fase do processo de institucionalização.

O vestuário no processo de admissão e acolhimento é por um lado, utilizado como uma dimensão que preserva a identidade da pessoa idosa como também é utilizado de um ponto vista mais utilitário, havendo uma maior preocupação com outras questões como por exemplo a alimentação. Referente ao direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa, é determinado que o residente institucional é pouco envolvido nesta fase da institucionalização, existindo um maior envolvimento por parte dos familiares.

No quotidiano os procedimentos que incluem o vestuário dizem respeito ao processo de vestir e ao tratamento em lavandaria institucional. No processo de vestir é determinado dois procedimentos, o processo de decisão de vestuário e o ato físico do vestir, sendo compreendido que a autonomia e autodeterminação nestes procedimentos é mais assegurado às pessoas idosas independentes e semidependentes do que às dependentes. Baseando-se nos dados da *Carta Social* (2021) pode-se entender que a maioria dos residentes das estruturas residências são dependentes, interpretando-se que estas instituições possuem dificuldades diárias em salvaguardar a identidade

dos seus residentes. No tratamento de lavanderia institucional, é identificado como procedimento, a adoção de cuidados personalizados de lavanderia institucional, porém, como não é um procedimento muito comum ou eficaz nas estruturas residenciais, algumas pessoas idosas/familiares optam por um tratamento de lavanderia mais personalizado, como o exemplo da lavagem do vestuário pelos familiares. O tratamento de lavanderia na estrutura residencial apesar de não se relacionar diretamente com o processo de decisão, geram um conjunto de problemas, que afetam a disponibilidade de opções de vestuário para a pessoa idosa escolher. Frequentemente não só o tratamento de lavanderia como o processo de vestir, geram tensões e avaliações negativas, por essa razão, uma das funções mais mencionadas pelas assistentes sociais, é a orientação dada aos ajudantes de ação direta, que possui como objetivo melhorar a qualidade dos cuidados prestados.

No terceiro objetivo específico *“Perceber em que medida, na prática do/da assistente social, existe relação entre a dimensão vestuário e os valores da dignidade e liberdade, valores âncora do serviço social e associados ao princípio dos Direitos Humanos”* constata-se que existe uma relação entre o quadro ético do serviço social e a dimensão do vestuário, ou seja, a defesa da identidade e do direito de autonomia e autodeterminação da pessoa idosa é justificada pelo valor da dignidade e liberdade e pelo princípio dos Direitos Humanos. Contudo, é compreendido que, apesar de, a maioria das assistentes sociais informarem guiarem-se por estes valores e princípios, nem sempre essa orientação está presente na dimensão vestuário, condicionada especialmente pelo estado de saúde da pessoa idosa.

Para finalizar a investigação alcançou os objetivos definidos anteriormente, porém, considera-se que seria importante que em investigações futuras o campo empírico incluir as pessoas idosas, com o intuito de compreender a sua perspectiva sobre a importância que o vestuário tem para si e sobre como o vestuário é introduzido nos procedimentos dos cuidados. Do mesmo modo era importante que futuras investigações desenvolvessem estudos com maior amplitude em termos de amostra, para que se possa desenvolver uma interpretação mais consistente dos dados.

Bibliografia

- António, S. (2013). Das políticas sociais da velhice à política social de envelhecimento. Em M. I. Carvalho (Ed.), *Serviço Social no envelhecimento* (1º ed. pp. 81-101). Pactor.
- Baumeister, R. F. (1997). Identity, self-concept, and self-esteem: The self lost and found. Em R. Hogan, J. Johnson, & S. Briggs (Eds.), *Handbook of personality psychology* (1.º ed. pp. 681-703). Academic Press.
- Blaikie, N. (2007). *Approaches to social enquiry* (2.º ed.). Polity Press.
- Brandão, C., Ribeiro, J., & Costa, A. P. (2021). Análise de dados. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa- Conceção, análise e aplicações* (1ºed. pp. 127-151). Pactor.
- Carvalho, M. I. (2013). Um percurso heurístico pelo envelhecimento. Em M. I. Carvalho (Ed.), *Serviço Social no envelhecimento* (1º ed. pp. 49-64). Pactor.
- Crawford, K., & Walker, J. (2008). *Social work with older people* (2.º ed.). Learning matters.
- Creswell, J. W. (2003). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. (2.º ed.) SAGE Publications.
- Faleiros, V. P. (2013). Autonomia relacional e cidadania protegida: paradigma para envelhecer bem. Em M. I. Carvalho (Ed.), *Serviço Social no envelhecimento* (1º ed. pp. 35-47). Pactor.
- Fontanella, B. J. B. (2021). Participantes em investigação qualitativa. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa- Conceção, análise e aplicações* (1ºed. pp. 25-40). Pactor.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity - Self and society in the late modern age* (1.º ed.). Polity Press.
- Giddens, A., & Sutton, P.W. (2014). *Essential concepts In sociology*. (1.º ed.). Polity press.
- Goffman, E. (1961). *Manicómios, prisões e conventos* (1.º ed.). Editora Perspetiva.
- Gonçalves, S. P., & Gonçalves, J. P. (2021). Qualidade e ética na investigação qualitativa. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa- Conceção, análise e aplicações* (1ºed., pp. 41-58). Pactor.
- ISCTE-IUL. (Ed.). (2016). *Ética na investigação: Melhores práticas, melhor Ciência*. [1539270104878_codigo_conduta_etica_na_investigacao_iscte_iul.pdf \(iscte-iul.pt\)](https://www.iscte-iul.pt/pt/boas-praticas-etica-na-investigacao)
- Lymbery, M. (2005). *Social Work with older people- Context, policy and practice* (1.º ed.). SAGE Publications.
- Phillips, J., Ray, M., & Marshall M. (2006). *Social work with older people* (4.º edition). Palgrave Macmillan.
- Mouro, H. (2013). Envelhecimento, políticas de intervenção e Serviço Social. Em M. I. Carvalho (Ed.), *Serviço Social no envelhecimento* (1º ed., pp. 17-33). Pactor.
- Pinto, C. (2013). Uma prática de empowerment com adultos idosos. Em M. I. Carvalho (Ed.), *Serviço Social no envelhecimento* (1º ed. pp. 49-64). Pactor.
- Quivy, R., & Campenhoudt, V. L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4º ed.). Gradiva.
- Ragin, C. (1994). *Constructing social research*. Pine Forge.
- Ribeirinho, C. (2013). Serviço social gerontológico: Contextos e práticas profissionais. Em M. I. Carvalho (Ed.), *Serviço social no envelhecimento* (1º ed., pp. 177-199). Pactor.
- Schweitzer, P., & Bruce, E. (2008). *Remembering yesterday, caring today: Reminiscence in dementia care, A guide to good practice* (2.º ed.). Jessica Kingsley publishers.
- Sousa, M. J., & Batista, C. S. (2014). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo bolonha* (5º ed.). Pactor.
- Woodward, S. (2007). *Why women wear what they wear* (1.º ed.). Berg Publishers.

Webgrafia

- AGE Platform Europe., European Association for Directors of Residential Homes for the Elderly., 50+ Hellas., Biva., Commune de St Josse., FIPAC., FNG., MZU., NBO., NIACE., SPF., & ZIVOT 90. (2010). *European charter of the rights and responsibilities of older people in need of long-term care and assistance*. https://www.age-platform.eu/sites/default/files/European%20Charter_EN.pdf
- Akbar, G. L. (2019). Thinking critically about self-determination: A literature review. *Journal of Social Work Values & Ethics*, 16(2), 9–17. https://jswve.org/download/fall_2019_volume_16_no._2/articles/9-Thinking-critically-re-self-determination-16-2-Fall-2019-JSWVE.pdf
- Armstrong, P., & Day, S. (2020). Clothing matters: locating wash, wear, and care. *Studies in Political Economy*, 101(1), 1–16. <https://doi.org/10.1080/07078552.2020.1738777>
- Associação de Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. 1-21. https://www.apss.pt/wp-content/uploads/2018/12/CD_AS_APSS_Final_APSS_AssembGeral25-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-C%C3%B3pia.pdf
- Au, J., Lam, J., & Ho, C. (2016). Design preferences and experience of older people's choice in fashion in Hong Kong. *International Journal of Fashion Design, Technology and Education*, 9(3), 183-191. DOI: 10.1080/17543266.2016.1154110
- Au, J., & Lam, J. (2020). Predictors of design preferences for older people's fashion in terms of physical and psychological dimensions. *Internacional Journal Of Fashion Design, Technology And Education*, 13(3), 256-264. DOI: 10.1080/17543266.2020.17829
- Bellass, S., Balmer, A., May, V., Keady, J., Buse, C., Capstick, A., Burke, L., Bartlett, R., & Hodgson, J. (2019). Broadening the debate on creativity and dementia: A critical approach. *Dementia*, 18(7–8), 2799–2820. <https://doi.org/10.1177/1471301218760906>
- Buse, C., Martin, D., & Nettleton, S. (2018a). Conceptualising ‘materialities of care’: making visible mundane material culture in health and social care contexts. *Sociology of Health and Illness*, 40(2), 243–255. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12663>
- Buse, C., Twigg, J., Nettleton, S., & Martin, D. (2018b). Dirty linen, liminal spaces, and later life: meanings of laundry in care home design and practice. *Sociological Research Online*, 23(4), 711–727. <https://doi.org/10.1177/1360780418780037>
- Buse, C., & Twigg, J. (2014). Women with dementia and their handbags: Negotiating identity, privacy and “home” through material culture. *Journal of Aging Studies*, 30(1), 14–22. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2014.03.002>
- Buse, C., & Twigg, J. (2015). Clothing, embodied identity and dementia: maintaining the self through dress. *Age, Culture, Humanities*, (2), 68-95. https://www.researchgate.net/publication/303617075_Clothing_embodied_identity_and_dementia_maintaining_the_self_through_dress
- Buse, C., & Twigg, J. (2016). Materialising memories: Exploring the stories of people with dementia through dress. *Ageing and Society*, 36(6), 1115–1135. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15000185>
- Buse, C., & Twigg, J. (2018). Dressing disrupted: negotiating care through the materiality of dress in the context of dementia. *Sociology of Health and Illness*, 40(2), 340–352. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12575>
- Caldas, A. L., Carvalho, M. A. F., Souza, M. C., Brito, G., & Lopes, H. P. (2014). Dependent seniors clothing from the caregiver's perspective EM A.D.A. Bellavitis, A. Cappellieri, R. Gaddi (Eds), *2º Internacional Fashion and Design Congress* (pp. 1918-1925). POLISCRIP.T. Politecnico di Milano. https://www.eko.polimi.it/public/files/cimode2014/CIMODE%202014_PROCEEDINGS.pdf

- Campbell, S., Buse, C., Twigg, J., Keady, J., & Ward, R. (2015). Appearance matters: It's integral to our sense of self. *Journal of Dementia Care*, 23(2), 20-23. https://www.researchgate.net/publication/283483086_Appearance_matters_It's_integral_to_our_sense_of_self
- Carvalho, C., Montagna, G., & Morais C. (2016). Fashion design and life experience: Reduced mobility in ageing. Em G. Di Bucchianico, & P. Kercher (Eds.), *Advances in Design for Inclusion* (Vol. 500, pp. 257- 264). Springer International Publishing AG. https://doi.org/10.1007/978-3-319-41962-6_23
- Chen, W. C. (2021). How cultural values affect subjective well-being among older adults: The role of proximity of clothing to self. *Journal of Happiness Studies*, 22, 95–111. <https://doi.org/10.1007/s10902-020-00220-0>
- Cichońska, A., Frydrych, I., Zimniewska, M., Muzyczek, M., Mikołajczak, P., Schmidt-Przewoźna, K., Romanowska, B., Pawlaczyk, M., Krucińska, I., Komisarczyk, A., Kowalska, S., Herczyńska, L., & Urbaniak, M. (2020). 3D design of clothing in medical applications. *Autex Research Journal*, 0(0), 1-5. <https://doi.org/10.2478/aut-2019-0066>
- Cleeve, H., Borell, L., & Rosenberg, L. (2020). (In)visible materialities in the context of dementia care. *Sociology of Health and Illness*, 42(1), 126–142. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12988>
- Department of Economic and Social Affairs & Population Division. (2020). *World population ageing 2019*, United Nation. [World Population Ageing 2019 \(un.org\)](https://www.un.org/wrppublications/world-population-ageing-2019)
- Direção-Geral da Segurança Social., & Direção de Serviços de Instrumentos de Aplicação. (2021). *Proteção social: Pessoas idosas*. Direção-Geral da Segurança Social. https://www.segsocial.pt/documents/10152/113014/Guia_protecao_social_pessoas_idosas.pdf/d5c582d0-595b-47e9-a650-21bf6035230e
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *Journal of Advanced Nursing*, 62(1), 107-15. DOI:10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x
- European Partnership for the Wellbeing and Dignity of Older people. (2012). *European quality framework for long-term care services- Principles and guidelines for the wellbeing and dignity of older people in need of care and assistance*. https://www.age-platform.eu/sites/default/files/24171_WeDo_brochure_A4_48p_EN_WEB.pdf
- Foley, S., McCarthy, J., & Pantidi, N. (2019). The struggle for recognition in advanced dementia: Implications for experience-centered design. *ACM Transactions on Computer-Human Interaction*, 26(6), 1-29. <https://doi.org/10.1145/3359594>
- Gabinete de Estratégia e Planeamento. (Ed). (2021). *Carta social- rede de serviços e equipamentos, 2019*. Gabinete de Estratégia e Planeamento & Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. <http://www.cartasocial.pt/pdf/cs2019.pdf>
- Gerbic, P., & Stacey, E., (2005). A purposive approach to content analysis: designing analytical frameworks. *The Internet and Higher Education*. 8. 45-59. https://www.researchgate.net/publication/347473416_A_research_note_Video_conferencing_interviews
- Goett, S. (2008). The more art, the more science: narrative interpretations of art (and life). *Working Papers in Art and Design*, 5, 1-13. https://www.herts.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0010/12421/WPIAAD_vol5_goet.pdf
- Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social., & Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos. (2005). *Manual de boas práticas. Um guia para o acolhimento residencial das pessoas mais velhas*. Instituto da Segurança Social. <https://servicosocial.pt/wp-content/uploads/2015/07/Manual-de-Boas-Praticas-Um-Guia-para-o-Acolhimento-Residencial-das-Pessoas-mais-Velhas.pdf>
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18(1), 59–82. <https://doi.org/10.1177/1525822X05279903>

- Hayman, E. (2009). Dressing made tangible: disability perspectives. Em E. Rouse (Ed), Conference Proceedings 2009: Fashion & Well-Being? (pp.1-18). *International Foundation of Fashion Teehnology Institutes*. <https://opus.lib.uts.edu.au/bitstream/10453/11285/1/2008003880OK.pdf>
- Health Innovation Network South London. (2016, setembro). *What is person-centred care and why is it important*. <https://healthinnovationnetwork.com/resources/what-is-person-centred-care/#>
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2011). *Manual de processos- chave. Estrutura residencial para idosos*. [AF MANUAL 1 \(servicosocial.pt\)](https://www.servicosocial.pt)
- Instituto da Segurança Social, I.P. (2019). *Compromisso de cooperação para o sector social e solidário: protocolo para o binário 2019-2020*. https://www.servicosocial.pt/documents/10152/453857/Protocolo_cooperacao_2019_2020.pdf/555fdcce-c89f-4820-aaab-9d2fb8b48b7f
- Joshi, R. P., Shibata, T., Ogata, K., & Matsumoto, Y. (2019, outubro 14-18). *Quantitative evaluation of clothing assistance using whole-body robotic simulator of the elderly*. [Sessão de conferência]. International conference on robot and human interactive communication. Delhi, India. <https://doi.org/10.1109/RO-MAN46459.2019.8956308>
- Khalil, A., & Cowie, B. (2020). A research note : Videoconferencing interviews. *Waikato Journal of Education*, 25(1), 101–107. <https://doi.org/10.15663/wje.v25i0.778>
- Lee, Y., Hwang, C., & Baytar, F. (2019). Exploring apparel design and fit for older women: a technology intervention. *International Journal of Fashion Design, Technology and Education*, 12 (1), 86-95. DOI: 10.1080/17543266.2018.1496482
- Lima, M. P. (2010). *Envelhecimento(s)- Estado de arte*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/3171/147/Envelhecimento%28s%29%20%282010%29.pdf>
- Lövgren, K. (2016). Comfortable and leisurely: Old women on style and dress. *Journal of Women and Aging*, 28(5), 372-385. <https://doi.org/10.1080/08952841.2015.1018029>
- Mercury, J. K. (2015, dezembro). *The Social Worker who became an accidental fashion icon*. [The Social Worker Who Became an Accidental Fashion Icon \(fordham.edu\)](https://www.fordham.edu)
- Neves, É. P., Brigatto, A. C., Medola, F. O., & Paschoarelli, L. C. (2015). Biomechanics and fashion: Contributions for the design of clothing for the elderly. *Procedia Manufacturing*, 3, 6337–6344. <https://doi.org/10.1016/j.promfg.2015.07.955>
- Oswald, A. G. (2019). Improving outcomes with qualitative data analysis software: A reflective journey. *Qualitative Social Work*, 18(3), 436-442. doi:[10.1177/1473325017744860](https://doi.org/10.1177/1473325017744860)
- Rahman, O., & Chang, W. T. (2018). Understanding taiwanese female baby boomers through their Perceptions of Clothing and Appearance. *Fashion Practice*, 10(1), 53-77. <https://doi.org/10.1080/17569370.2016.1190102>
- Serviço Nacional de Saúde (2020, agosto). *Estruturas Residenciais para idosos*. <https://www.sns.gov.pt/noticias/2020/08/12/estruturas-residenciais-para-idosos/>
- Slater, L. K. (2017, outubro). *How I became an accidental fashion icon at 64* [Video]. <https://www.youtube.com/watch?v=n-taouqUe4c&t=619s>
- Stebbins, R. A. (2001). *Exploratory research in the social sciences* (Vol. 48). SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.4135/9781412984249>
- Thorpe, R. (2018). Ageing and the presentation of self: Women’s perspectives on negotiating age, identity and femininity through dress. *Journal of Sociology*, 54(2), 203–213. <https://doi.org/10.1177/1440783318766167>
- Twigg, J. (2007). Clothing, age and the body: A critical review. *Ageing and Society*, 27(2), 285–305. <https://doi.org/10.1017/S0144686X06005794>
- Twigg, J. (2015). Dress and age: The intersection of life and work. *International Journal of Ageing and Later Life*, 10(1), 55-67. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.15-55>
- Twigg, J. (2020). Dress, gender and the embodiment of age: Men and masculinities. *Ageing and Society*, 40(1), 105–125. <https://doi.org/10.1017/S0144686X18000892>
- University of Kent. (2021, setembro). *Professor Julia Twigg*. <https://www.kent.ac.uk/social-policy-sociology-social-research/people/1454/twigg-julia>

- Uran, S., & Geršak, J. (2018). Smart clothing to increase safety of people with dementia. *IOP Conference Series: Materials Science and Engineering*, 460, 1-6. <https://doi.org/10.1088/1757-899X/460/1/012047>
- Ward, R., Vass, A. A., Aggarwal, N., Garfield, C., Cybyk, B. (2008). A different story: exploring patterns of communication in residential dementia care. *Ageing & Society*, 28(5), 629–51. [*A different story: exploring patterns of communication in residential dementia care \(qmu.ac.uk\)](https://doi.org/10.1177/0898264308318841)

Anexos

Anexo A- Email enviado pela investigadora à Professora Doutora Lyn Slater

Obter o [Outlook para Android](#)

From: Lyn Slater <Lyn@accidentalicon.com>

Sent: Sunday, February 2, 2020 5:17:31 PM

To: joanagomes1997@outlook.pt <joanagomes1997@outlook.pt>

Subject: Fashion and social work

Hi Joana,

Yes I agree with your ideas completely. There is not a lot written about it. There is something called enclothed cognition you can google and find some research about how what you think about what you wear can impact your performance. Aside from that you are going to be a pioneer here. I would think about neuroscience and how the environment impacts and can change your brain.

Good luck, let me know if you find something interesting.

Best,

Dr. Slater

Get [Outlook for iOS](#)

Anexo B- Email enviado pela investigadora à Professora Doutora Julia Twigg

De: J. Twigg <J.M.Twigg@kent.ac.uk>

Enviado: 6 de maio de 2020 08:07

Para: JOANA GOMES <joanagomes1997@outlook.pt>

Assunto: RE: Importance of clothing in preserving the identity of institutionalised elderly people.

Dear Joana

Thank you for your email.

I think dress is an interesting and important way in which identity can be supported among frail older people. It is of relevance to the work of social workers, particularly those who want to go beyond the more basic forms of support, so it is excellent that you are exploring this area.

I think the easiest thing for me to do is to send you some articles I have jointly written on the subject with Christina Buse. These include references that might be useful for you.

I hope the dissertation goes well.

Kind regards

Julia Twigg

Professor **Julia Twigg**
Emeritus Professor of Social Policy and Sociology
University of Kent
Canterbury

Anexo C – Quadro síntese do estado da arte

Temas	Subtemas
1. Propostas de design de vestuário face à pessoa idosa (Lee et al., 2019; Neves et al., 2015)	<p>1.1. Demência (Foley et al., 2019; Uran & Geršak, 2018)</p> <p>1.2. Problemas dermatológicos (Cichočka et al., 2020)</p> <p>1.3. Osteoartrite (Carvalho et al., 2016)</p>
2. Relação do vestuário com a idade (Twiggy, 2015; Chen, 2021; Twiggy, 2020)	<p>2.1. Escolhas de vestuário da pessoa idosa (Au et al., 2016; Au & Lam, 2020; Lövgren, 2016; Rahman & Chang, 2018; Thorpe, 2018)</p>
3. Consideração do vestuário em ambiente de cuidados à pessoa idosa	<p>3.1. Cuidados de lavanderia em ERPI (Armstrong & Day, 2020; Buse et al., 2018a)</p> <p>3.2. O vestuário enquanto materialidade da prática dos cuidados à pessoa idosa (Buse, et al., 2018b)</p> <p>3.3. Significado do vestuário para as pessoas com demência e a sua consideração na prática dos cuidados (Buse & Twiggy, 2015, 2016, 2018; Bellass et al., 2019; Campbell et al., 2015; Cleeve et al., 2020)</p> <p>3.4. Robô de assistência no processo de vestir (Joshi et al., 2019)</p>

Elaboração própria

Anexo D- Guião de entrevista Assistentes Sociais



Guião de entrevista- Assistentes Sociais

Data de aplicação: ___/___/_____

Número da Entrevista: _____

1. Quais os procedimentos habituais na fase de admissão e acolhimento da pessoa idosa na instituição?
2. Pode descrever como é que o vestuário é introduzido na prestação de cuidados à pessoa idosa?
3. Habitualmente, quem escolhe o vestuário que é usado diariamente pelo/a residente?
4. Da sua experiência, é habitual a pessoa idosa fazer referência à questão do vestuário? Explícite, por favor
5. Numa escala de 1 a 5, qual o valor que atribui à importância do vestuário no bem-estar da pessoa idosa residente? Porquê?
6. Quais os aspetos valorizados na definição do plano de intervenção (PI)?
7. São dadas orientações aos cuidadores diretos sobre como proceder relativamente ao vestuário?
8. Constitui prática habitual realizar a avaliação da satisfação dos serviços com a pessoa idosa? Com que regularidade? Quais as dimensões de satisfação privilegiadas nessa avaliação?
9. Que relação encontra entre a dimensão “vestuário da pessoa idosa residente” e os princípios e valores do Serviço Social “dignidade, autodeterminação”? Explícite, por favor

Anexo E- Guião de entrevista Ajudantes de ação direta/Coordenadoras



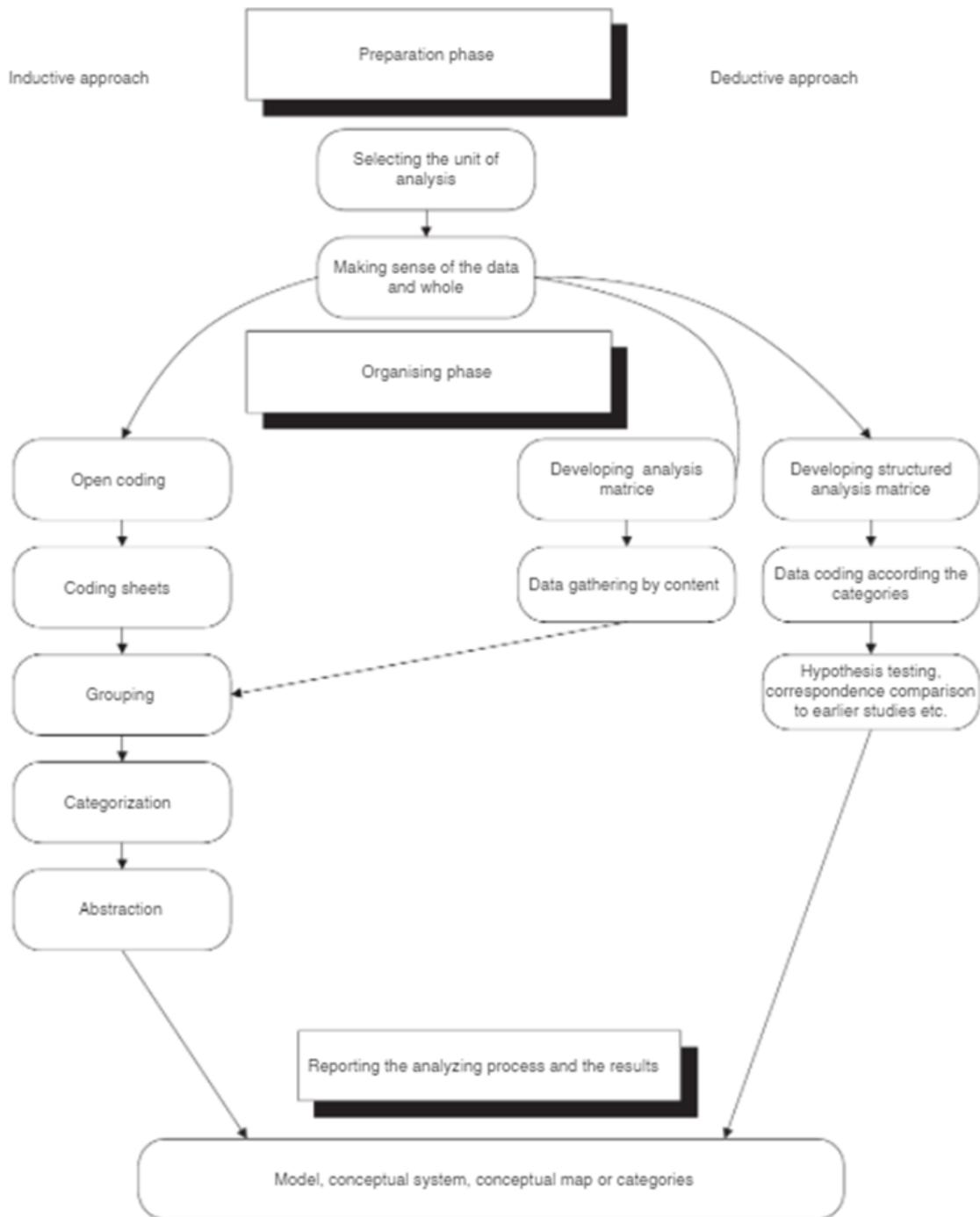
Guião de entrevista- Ajudantes de Ação Direta/Encarregados de ajudantes de Ação direta

Data de aplicação: ___/___/_____

Número da Entrevista: _____

1. Quando é acolhida uma pessoa idosa na ERPI é-lhe dada alguma informação e orientação sobre o vestuário dessa pessoa?
2. Da sua experiência, quais os aspetos que a pessoa idosa valoriza no processo de vestir?
3. Quem costuma decidir sobre o vestuário a usar diariamente? (o próprio, o cuidador, a família...).
4. Da sua experiência, é frequente haver tensão com a pessoa idosa relacionada com o vestuário? Se sim, como costuma atuar?
5. Numa escala de 1 a 5, qual o valor que atribui à importância do vestuário no bem-estar da pessoa idosa residente? Porquê?

Anexo F- Preparação, organização e fases resultantes no processo de análise de conteúdo



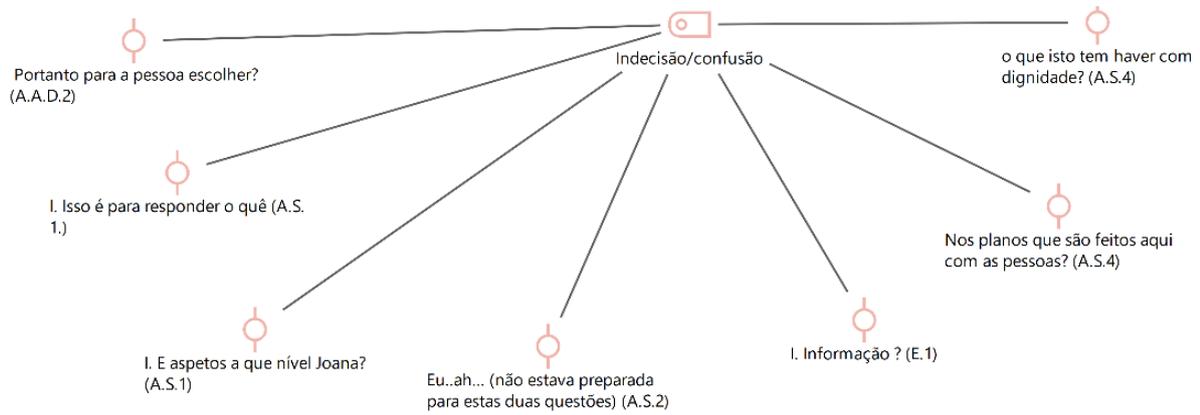
Recuperado de “The qualitative content analysis process” de Satu Elo & Helvi Kynga’s, 2008, p. 110

Anexo G- Quadro conceptual

Conceito	Dimensão	Indicadores
1. Vestuário no processo de institucionalização	1.1.Consideração do vestuário na fase de admissão e acolhimento	1.1.1. Registo do vestuário 1.1.2. É conferida autonomia no que diz respeito ao vestuário trazido para a ERPI 1.1.3. Distribuição de vestuário da instituição 1.1.4. O vestuário é considerado na abordagem das preferências da pessoa idosa 1.1.5. Transmissão de informação sobre preferências do vestuário aos/às ajudantes de ação direta 1.1.6. Esclarecimento de dúvidas referentes ao vestuário
	1.2.O processo de vestir nos cuidados quotidianos à pessoa idosa	1.2.1. Partilha de pensamentos e sentimentos por parte da pessoa idosa durante o processo de vestir 1.2.2. Manipulação dos corpos e vestuário da pessoa idosa 1.2.3. Promoção da relação estabelecida entre o/a ajudante de ação direta e a pessoa idosa 1.2.4. Realização do processo de vestir o mais rapidamente possível 1.2.5. A pessoa idosa é envolvida no processo de vestir independentemente da sua condição de física e mental 1.2.6. Limitação do envolvimento da pessoa idosa devido a mudanças físicas e patologias 1.2.7. Envolvimento dos/das ajudantes de ação direta e famílias na tomada de decisões acerca do vestuário da pessoa idosa 1.2.8. Burocracias institucionais referentes ao vestuário da pessoa idosa
	1.3.Tratamento do vestuário da pessoa idosa institucionalizada	1.3.1. Desaparecimento de vestuário após tratamento na lavandaria institucional 1.3.2. Vestuário danificado após tratamento na lavandaria institucional 1.3.3. Distribuição errada do vestuário após tratamento na lavandaria institucional 1.3.4. Promoção da relação entre os/as trabalhadores de lavandaria institucional e a pessoa idosa 1.3.5. Personalização dos cuidados de lavandaria institucional face ao vestuário pessoa idosa 1.3.6. Outros tipos de opções de lavandaria (familiares, voluntários, trabalhadores pagos)

	1.4. Efeitos do vestuário no bem-estar da pessoa idosa institucionalizada	1.4.1. Expressão de identidade 1.4.2. Preservador de memórias 1.4.3. Sensação de segurança ontológica
2. O lugar do vestuário no processo de intervenção do serviço social em contexto institucional	2.1. Processo de admissão e fase de adaptação à instituição	2.1.1.1.O vestuário é incluído na avaliação social 2.1.1.2.Momentos de diálogo com o/a utente para recolha de informação acerca do vestuário 2.1.1.3.O vestuário é considerado na elaboração do plano de intervenção 2.1.1.4.O vestuário faz parte do conjunto de informações em matéria de direitos e deveres
	2.2. O vestuário é um elemento valorizado no quotidiano da pessoa idosa na instituição	2.2.1. A pessoa idosa é considerada como um sujeito ativo nas decisões referentes ao seu vestuário 2.2.2. As necessidades e preocupações da pessoa idosa referente ao vestuário são valorizadas 2.2.3. O vestuário é identificado como fator de identidade da pessoa idosa
	2.3. O elemento vestuário faz parte da avaliação da satisfação do residente	
	2.4. Coordenação, apoio e supervisão dos /das colaboradores/cuidadores formais no seu trabalho com as pessoas idosas	2.4.1. São dadas orientações sobre o vestuário aos/às ajudantes de ação direta/cuidadores formais 2.4.2. O vestuário é abordado na formação inicial e contínua dos/das colaboradores/cuidadores formais 2.4.3. O vestuário integra as dimensões de avaliação dos cuidados feita com os/as colaboradores/cuidadores formais
	2.5. O vestuário no quadro dos valores orientadores da profissão	2.5.1. O vestuário como expressão da Dignidade humana 2.5.2. O vestuário como expressão de Liberdade
	2.6. O vestuário no quadro de princípios orientadores da profissão	2.6.1. O vestuário como expressão dos Direitos Humanos

Anexo H- Análise de hesitações e dúvidas no discurso das entrevistadas



Elaboração extraída do *maxqda*.

Anexo I- Consentimento informado



CONSENTIMENTO INFORMADO

O estudo surge de uma dissertação de mestrado a decorrer no **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, “Importância do vestuário na preservação da identidade da pessoa idosa em contexto institucional”**. O objetivo geral da investigação é compreender a importância atribuída à dimensão vestuário no conjunto de elementos relacionados com a qualidade dos serviços prestados à pessoa idosa em meio institucional

O estudo é realizado por Joana Gomes sendo o seu email, jfpgs1@iscte-iul.pt que poderá contactar caso deseje colocar uma dúvida ou partilhar algum comentário.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em partilhar a sua experiência enquanto------(assistente social/ajudante de ação direta/coordenador/a de ajudante de ação direta) e poderá durar cerca de------(30 minutos/1 hora). Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo as suas respostas vão contribuir para aumentar o conhecimento face à incorporação do vestuário nos cuidados à pessoa idosa em ERPI.

A participação neste estudo é **voluntária**, assim pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima e confidencial**. Os dados destinam-se apenas a tratamento estatístico e nenhuma resposta será analisada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo e se aceita que a entrevista seja gravada:

ACEITO NÃO ACEITO

Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Anexo J- Debriefing



DEBRIEFING/EXPLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre “Importância do vestuário na preservação da identidade da pessoa idosa em contexto institucional” e pretende compreender a importância atribuída à dimensão vestuário no conjunto de elementos relacionados com a qualidade dos serviços prestados à pessoa idosa em meio institucional.

Mais especificamente, i) analisar a perceção do/da assistente social e dos cuidadores diretos em ERPI sobre a relação entre o vestuário e bem-estar da pessoa idosa; ii) perceber de que modo a dimensão vestuário integra procedimentos de atuação no quotidiano institucional, desde a fase de acolhimento; iii) perceber em que medida, na prática do assistente social, existe relação entre a dimensão vestuário e os valores da dignidade e liberdade, valores âncora do Serviço Social e associados ao princípio dos Direitos Humanos.

No âmbito da sua participação não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Joana Gomes, jfpgsl@iscte-iul.pt.

Se tiver interesse em aceder a mais informação sobre o tema do estudo, pode ainda consultar as seguintes fontes:

Buse, C., & Twigg, J. (2018). Dressing disrupted: negotiating care through the materiality of dress in the context of dementia. *Sociology of Health and Illness*, 40(2), 340–352. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.12575>

Buse, C., & Twigg, J. (2016). Materialising memories: Exploring the stories of people with dementia through dress. *Ageing and Society*, 36(6), 1115–1135. <https://doi.org/10.1017/S0144686X15000185>

Buse, Christina, Twigg, J., Nettleton, S., & Martin, D. (2018). Dirty Linen, Liminal Spaces, and Later Life: Meanings of Laundry in Care Home Design and Practice. *Sociological Research Online*, 23(4), 711–727. <https://doi.org/10.1177/1360780418780037>

Campbell, S., Buse, C., Twigg, J., Keady, J., & Ward, R. (2015). Appearance matters: It's integral to our sense of self. *Journal of Dementia Care*, 23(2), 20-23.

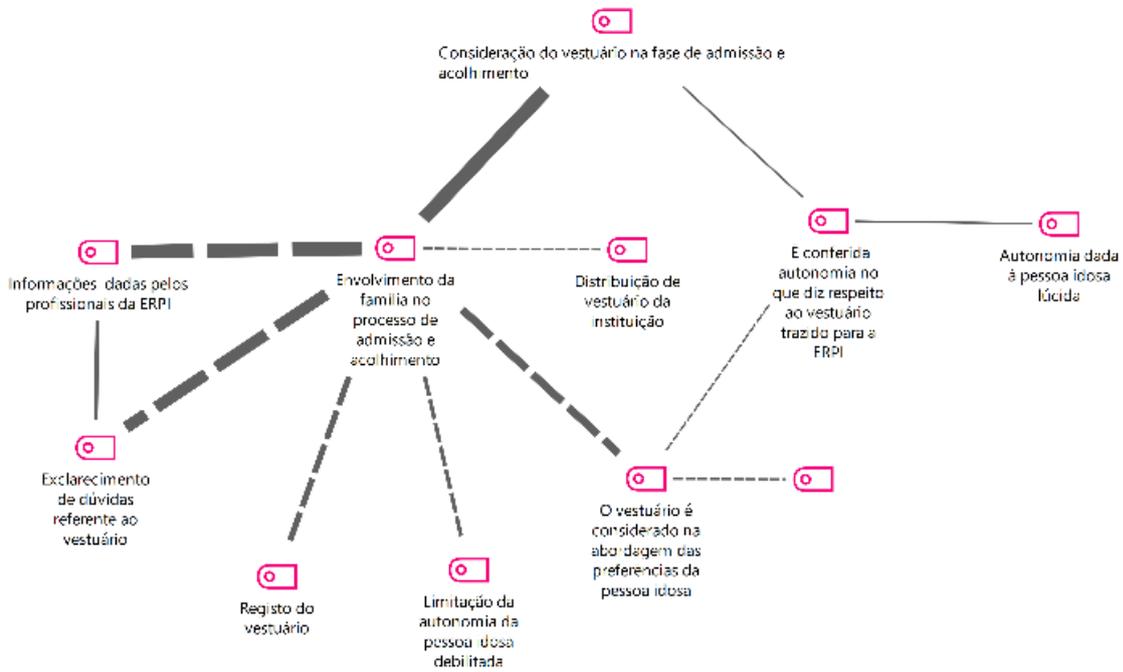
Twigg, J. (2007). Clothing, age and the body: A critical review. *Ageing and Society*, 27(2), 285–305. <https://doi.org/10.1017/S0144686X06005794>

Twigg, J. (2015). Dress and age: The intersection of life and work. *International Journal of Ageing and Later Life*, 10(1), 55-67. <https://doi.org/10.3384/ijal.1652-8670.15-55>

Twigg, J. (2020). Dress, gender and the embodiment of age: Men and masculinities. *Ageing and Society*, 40(1), 105–125, <https://doi.org/10.1017/S0144686X18000892>

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

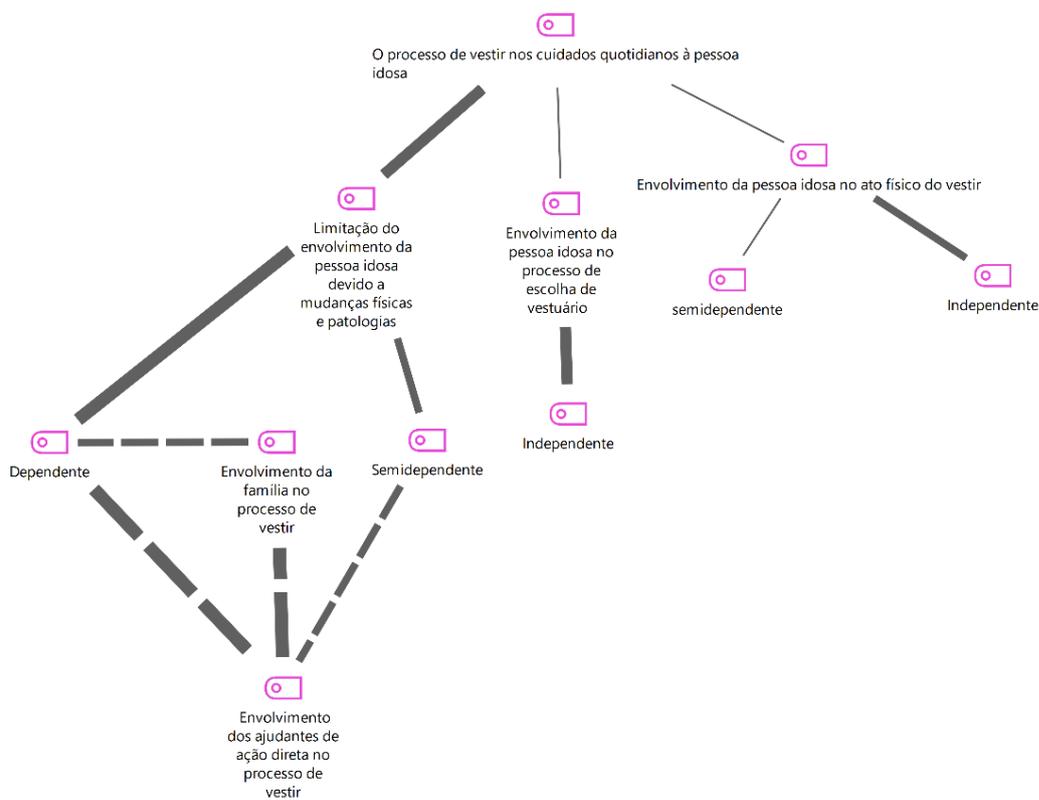
Anexo L- Análise do envolvimento dos familiares no processo de admissão e acolhimento



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

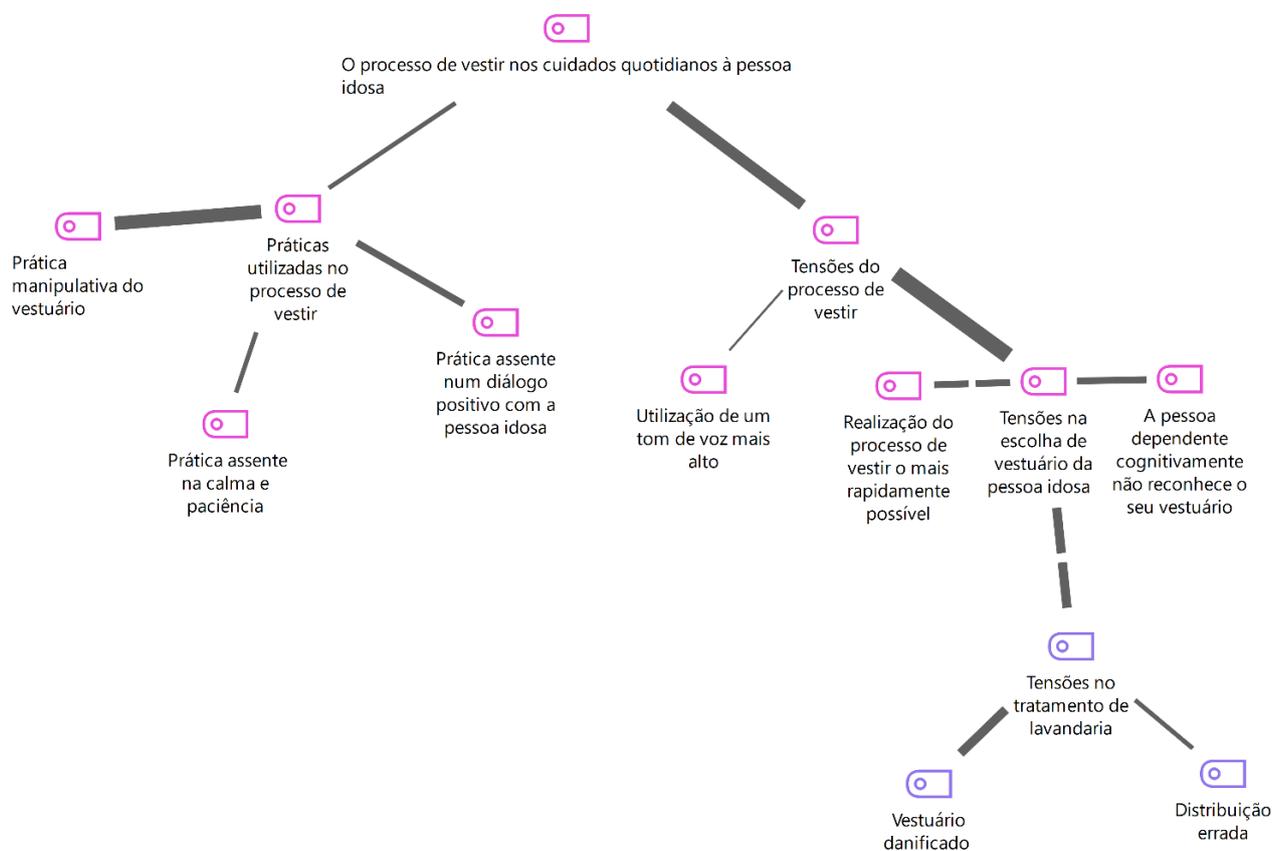
Anexo M- Análise do envolvimento da pessoa idosa no processo de vestir sobre a perspectiva do estado de saúde



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

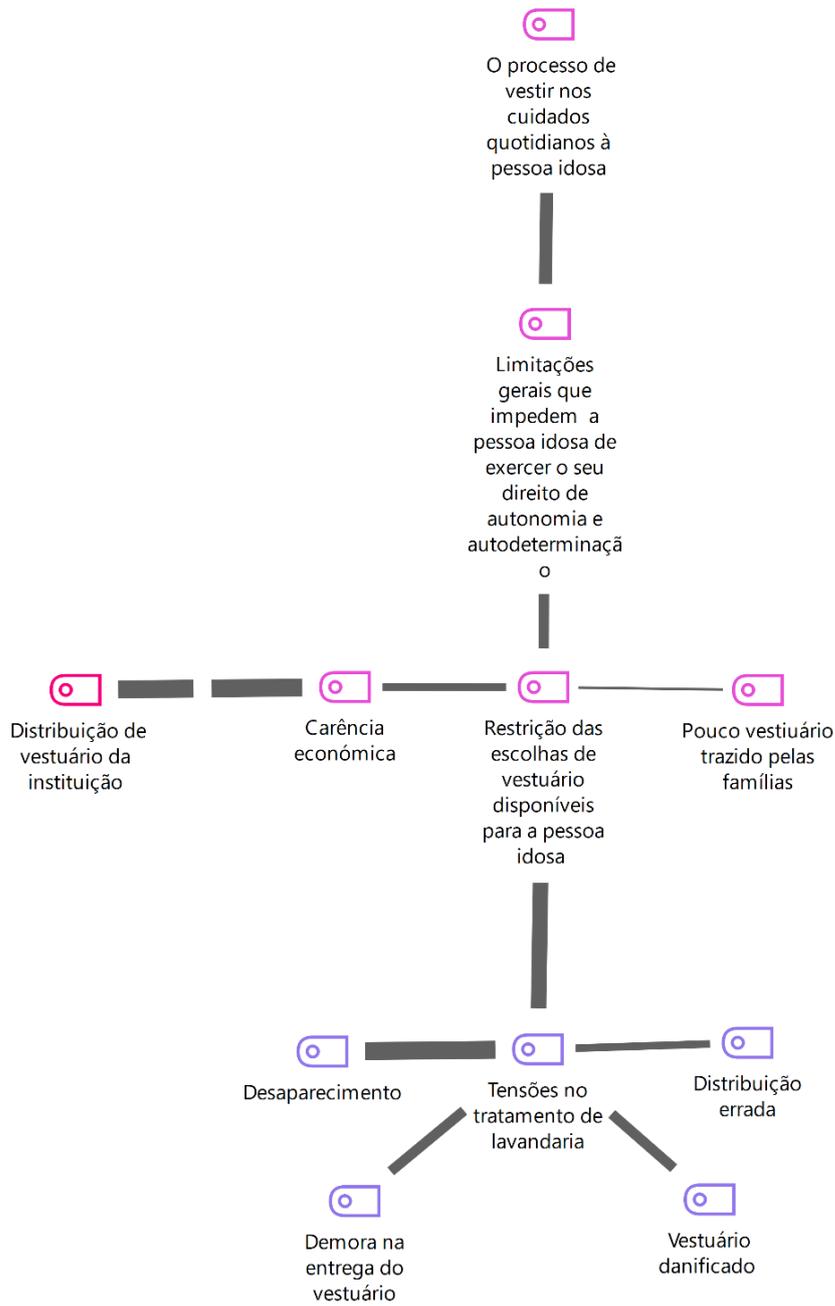
Anexo N – Análise das tensões e práticas dos cuidados adotadas no processo de vestir



Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

Elaboração extraída do *maxqda*.

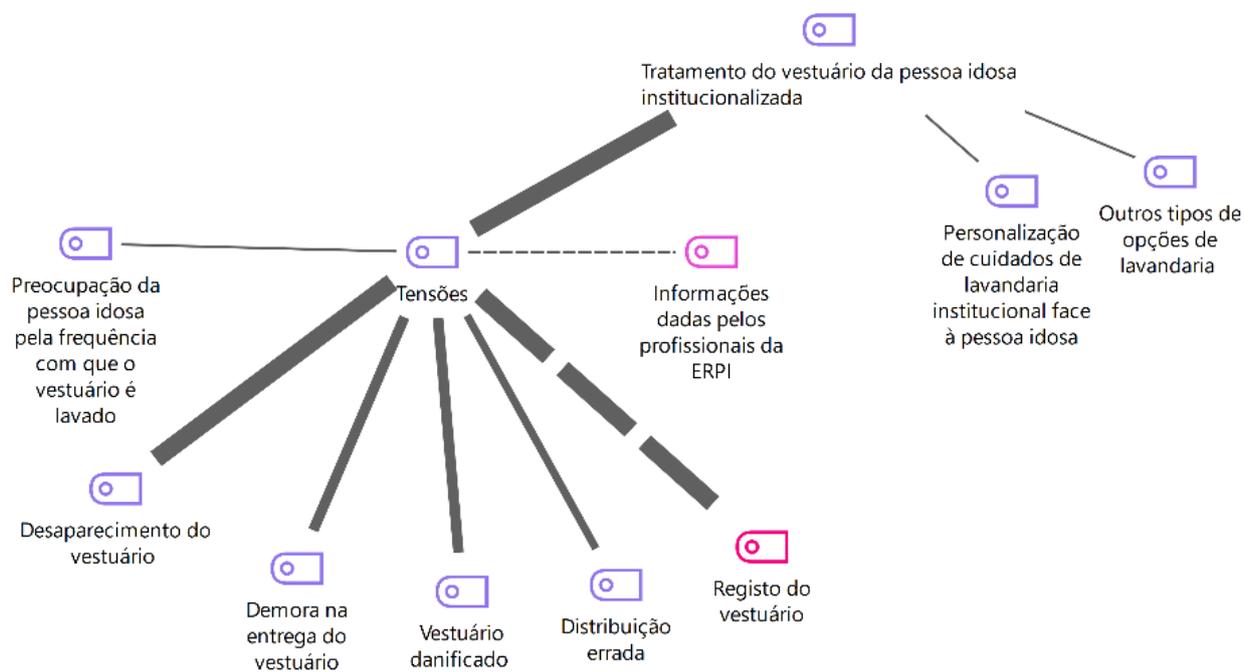
Anexo O- Análise das restrições de vestuário disponível para a sua seleção por parte da pessoa idosa



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

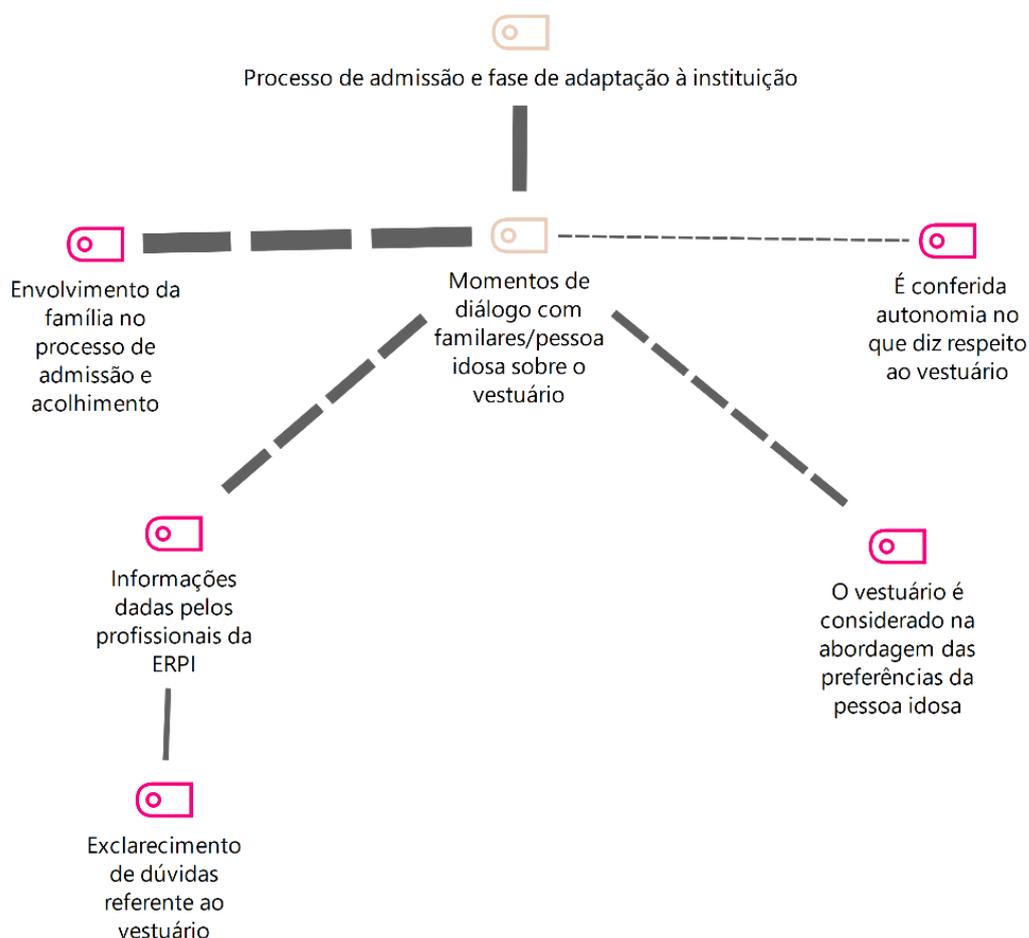
Anexo P- Análise do tratamento do vestuário da pessoa idosa institucionalizada



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

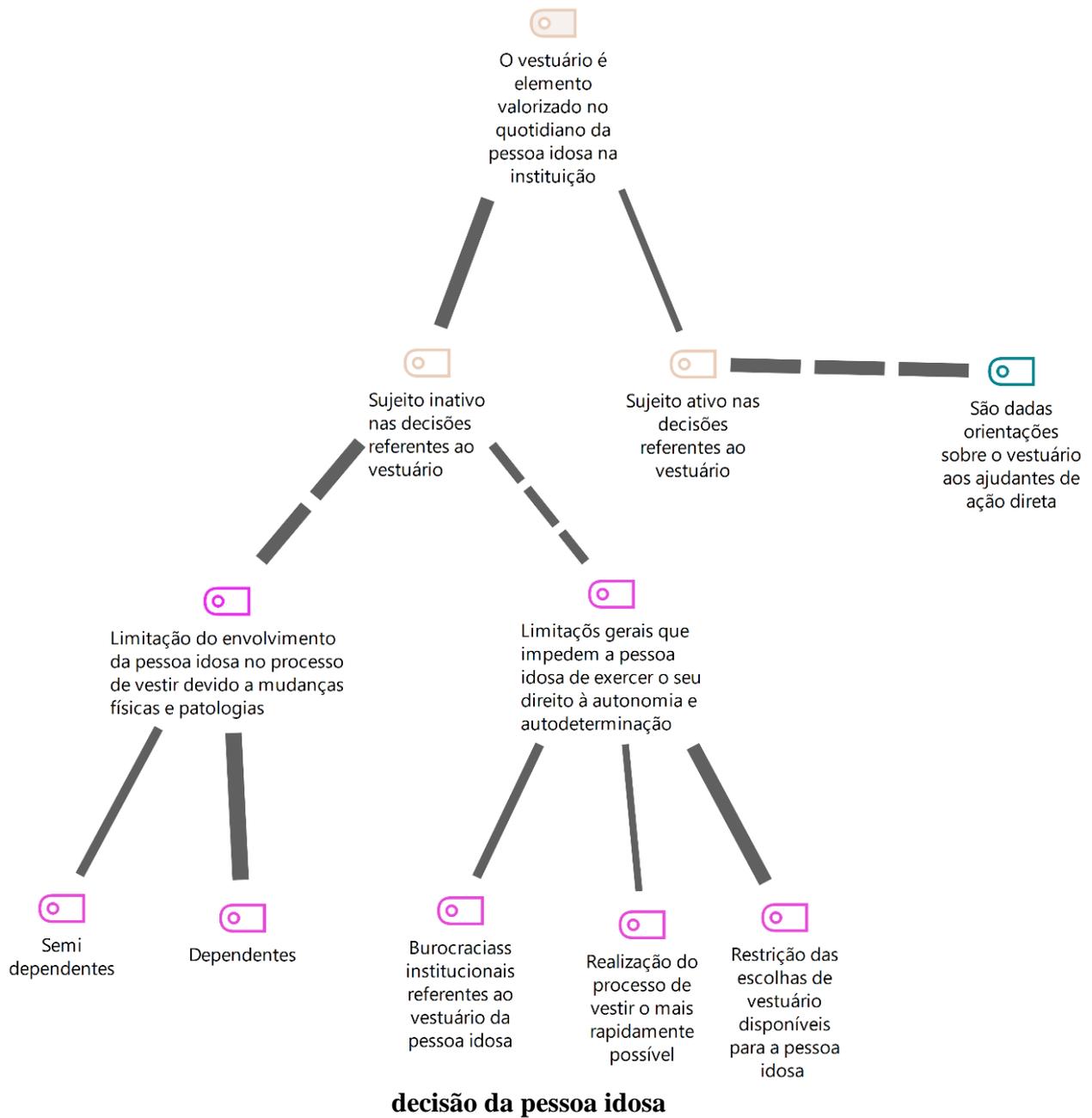
Anexo Q- Análise da Relação entre os “Momentos de diálogo com familiares/pessoa idosa sobre o vestuário” e procedimentos do processo de admissão e acolhimento



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

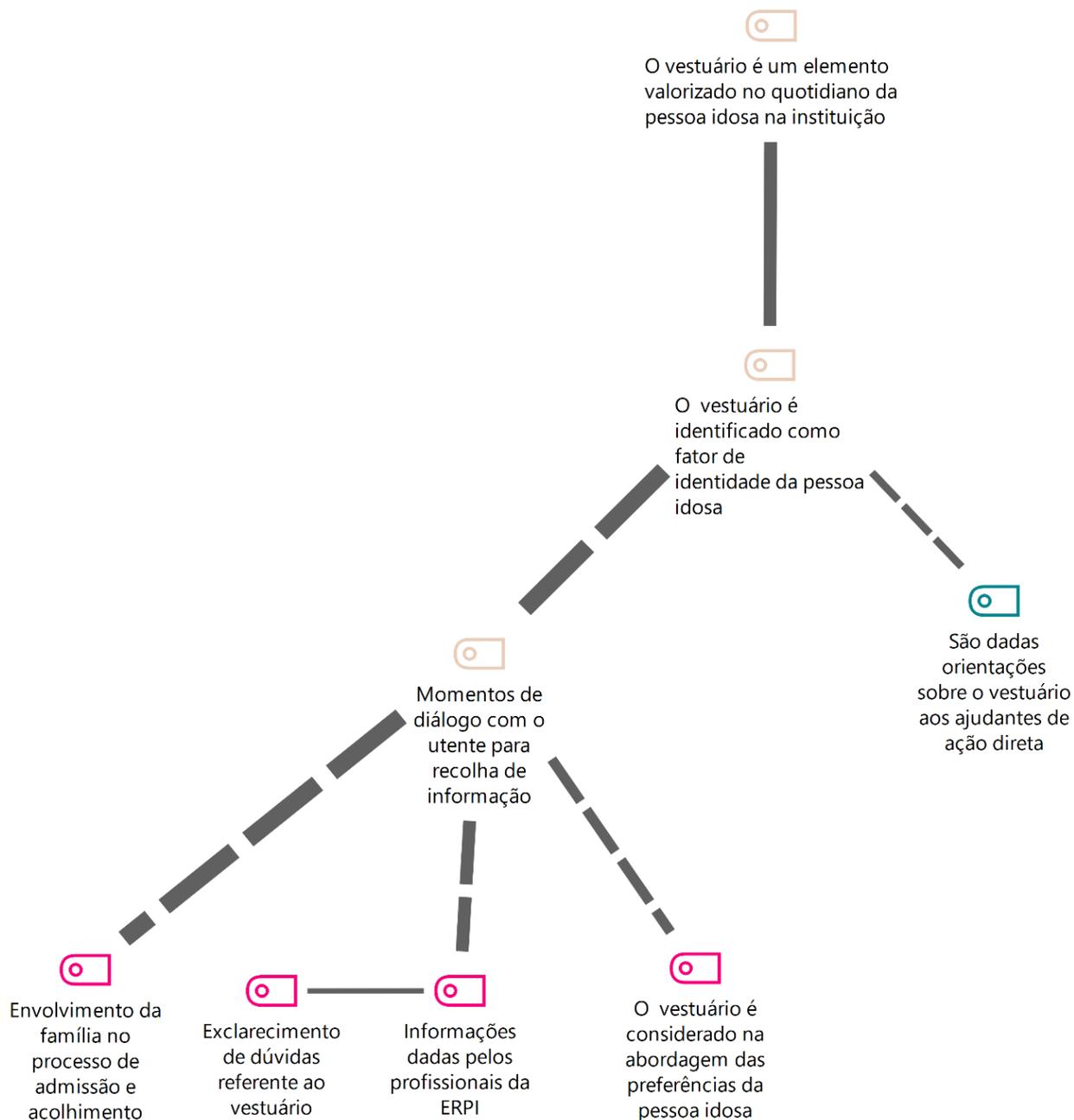
Anexo R- Análise do vestuário enquanto dimensão do incluída no direito de



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

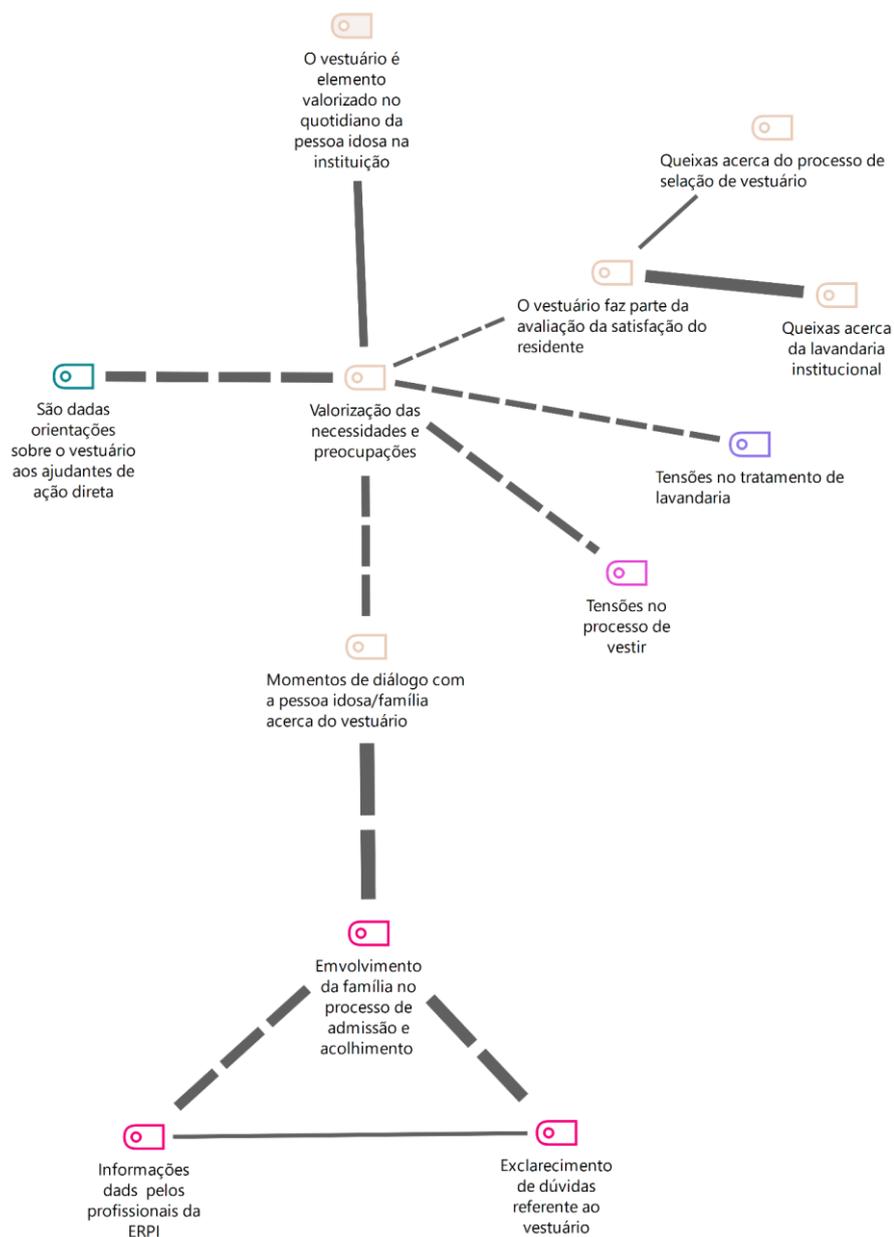
Anexo S- Análise do vestuário enquanto elemento de identidade na prática das assistentes sociais



Elaboração extraída do *maxqda*.

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.

Anexo T- Análise da consideração das necessidades e preocupações da pessoa idosa na intervenção social



Elaboração extraída do *maxqda*

Nota. A espessura das linhas representa a intensidade da relação entre os códigos e tracejado das linhas representa a relação entre dois códigos diferentes.